

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dividendos distribuídos por empresas do Simples ficarão isentos..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita reduz valor de créditos de PIS e Cofins sobre insumos..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Na TV, Queiroga apela para que pessoas tomem 2ª dose..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro prevê reajuste de 50% para o Bolsa Família..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desvio de R\$ 247 mi no BEm..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SEGURIDADE SOCIAL

Ciro Nogueira assume coordenação do Planalto na CPI da Covid no Senado..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Onyx quer priorizar regulação de trabalho da economia digital..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

MP que recria Trabalho atende pedidos de Guedes..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Postalis propõe redução de benefícios..... 17

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Portal gov.br já reúne mais de 110 milhões de usuários cadastrados..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Estimativa mostra que novo ministério levará 66% de recursos da Economia..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incentivo a vale-alimentação continua..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo avalia reduzir em até R\$ 70 bi meta para rombo das contas em 2022..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vale-refeição ficará de fora da reforma do IR..... 23

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto de Renda iniusto (2)..... 25

Quinta-Feira, 29 de Julho de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro como apêndice do PP - MARIA CRISTINA FERNANDES26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco planeja acelerar aprovação.....28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator do IR retira taxaço de dividendo para empresa do Simples.....29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida pública registra alta de 3,07% em junho.....30

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Leão sem dentes contra o fundo eleitoral - MALU GASPAR.....31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Lira defende Fundão e cita milícias.....33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Indústrias adotam plano de energia de Temer.....34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Endividamento recorde ameaça travar retomada.....37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Linhas emergenciais e câmbio aumentam o passivo das empresas.....40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Alimentos voltam a subir com frio e seca.....41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cresce projeção de superávit para Estados e municípios.....43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Retomada do PIB deve perder ritmo, diz banco Fibra.....46

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Com menor dotação em 21 anos, CNPq nega relação entre cortes e "apagão".....47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar cai a R\$ 5,10 com embalo do Fed.....49

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA
POLÍTICA

Arte sacra ganha área VIP dentro da Lei Rouanet e preocupa o setor.....51

Dividendos distribuídos por empresas do Simples ficarão isentos



Sabino: relator diz que renúncia fiscal com a isenção total dos dividendos no Simples em 2022 será de R\$ 50 milhões

Fabio Graner, Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto

O Ministério da Economia bateu martelo com o relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), para deixar os dividendos distribuídos pelas empresas inscritas no Simples sem tributação. A decisão é parte de uma estratégia para tentar atenuar os movimentos contrários ao texto, que cresceram em quantidade e intensidade nos últimos dias. A ideia é deixar mais claro que a nova taxaçaõ vai incidir sobre os ricos e super ricos, corrigindo uma injustiça fiscal, e beneficiar todas empresas, que serão menos taxadas.

Sabino confirmou ao Valor que a renúncia fiscal adicional com isenção total dos dividendos no Simples, em 2022, terá custo de R\$ 50 milhões, subindo para R\$ 200 milhões e depois, em 2024, a R\$ 300 milhões.

A redução do benefício no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) também foi abandonada. O custo será de R\$ 250 milhões no próximo ano. Apesar do impacto total relativamente pequeno, Sabino disse que avalia possíveis medidas de compensações, como quer a **Receita Federal**.

Anteontem, empresários sugeriram ao governo, além da já atendida isenção dos dividendos no Simples, uma taxaçaõ menor que 20% (de 2,5% a 5%) para a distribuição de lucros nas empresas que recolhem IRPJ no lucro presumido, um regime tributário que também é privilegiado para as empresas pequenas que não podem estar no Simples. Esse tema, porém, ainda está em negociação.

Sabino não se mostra simpático a essa ideia e explica que, no caso de profissionais liberais cujas empresas estão nesse regime, só haverá algum aumento de carga para rendas superiores a R\$ 30 mil, dada a isenção de dividendos para até R\$ 20 mil que hoje está prevista. "Mas ainda assim será longe da tributação de IR de uma pessoa física normal. Nós vamos encurtar a distância com o trabalhador normal, não vamos nem igualar", disse, citando médicos e advogados.

Ele admite, porém, elevar a faixa de isenção de R\$ 20 mil para esse grupo. Esse movimento, segundo fontes do governo, envolveria cerca de 800 mil empresas de pequeno porte hoje no lucro presumido. Apesar de notícias apontarem que o novo limite de isenção será de R\$ 25 mil, o martelo não está batido. Uma das preocupações é conter o impacto fiscal e também garantir a mensagem de aumento na progressividade do sistema.

Presidente da Abiplast, José Ricardo Roriz, avalia positivamente os rumos da reforma do IR, apontando que ela vai ajudar a aumentar os investimentos das empresas e promover o crescimento da economia. Segundo ele, de fato era preciso ajustar as questões dos pequenos negócios, mas o caminho de taxar os dividendos, estimulando a manutenção de recursos nas empresas, vai na direção correta.

"Sem dúvida, foi muito importante rever a questão manter a isenção para as empresas do Simples, evitando o aumento de carga, mais burocracia e complexidade para milhões de pequenos empreendedores e profissionais liberais", afirmou o diretor de Relações Institucionais da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali. Para o tributarista Ricardo Lacaz, porém, a decisão do relator resolve um "não problema". Ele afirma que a proposta do governo seria derrubada na Justiça, pois seria uma lei ordinária alterando uma lei complementar.

Nos bastidores, o ministro Paulo Guedes demonstra otimismo com as discussões da reforma e a possibilidade de ser aprovada. Essa leitura ficou ainda mais forte depois que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) prometeu votar a matéria no mês que vem.

Sabino ainda vai se encontrar com secretários de Fazenda para definir ajustes na redução do IRPJ, de modo a evitar prejuízo para esses entes. Os Estados estavam querendo que a redução do tributo sobre o lucro fosse na CSLL.

O parlamentar faz questão de destacar que seu texto está enfrentando problemas e taxando as rendas extras de políticos e altos salários dos **servidores públicos**, inclusive do judiciário, com impactos da ordem de R\$ 2 bilhões.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Receita reduz valor de créditos de PIS e Cofins sobre insumos



Advogado Felipe Azevedo Maia: na tomada de créditos sobre insumos, a exclusão do ICMS só poderá ocorrer se houver mudança na lei

Joice Bacelo Do Rio / (Colaborou Bárbara Pombo, de São Paulo)

A **Receita Federal** adotou uma nova estratégia para tentar reduzir a conta de bilhões de reais gerada com a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins, a chamada "tese do século". Vem exigindo que as empresas utilizem o mesmo critério de cálculo dos pagamentos à União para contabilizar os créditos decorrentes da aquisição de bens e insumos - ou seja, sem o ICMS embutido.

Essa condição, na prática, aumenta o PIS e a Cofins a pagar. Mais do que isso: pode gerar uma dívida acumulada em prol do governo. As companhias estão sendo cobradas por valores que teriam deixado de recolher aos cofres públicos nos últimos cinco anos.

Pelo menos duas empresas, ambas com sede em São Paulo, relataram ao Valor que foram autuadas depois de informar à Receita sobre os valores que têm a receber do governo por conta de decisões judiciais permitindo a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Elas pretendiam utilizar tais quantias para quitar **tributos** correntes.

A tomada de crédito faz parte da apuração das contribuições sociais para quem está no regime não cumulativo - praticamente todas as grandes empresas. A alíquota de PIS e Cofins, nesses casos, é de 9,25%.

Para calcular quanto deve, o contribuinte precisa separar as notas de saída, referentes às vendas realizadas no mês, das notas de entrada, que contêm o custo de aquisição de produtos que dão direito a crédito (insumos, por exemplo). É feito um encontro de contas entre esses dois grupos de notas e sobre o

resultado aplica-se a alíquota.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em maio, que a parcela do ICMS que consta na nota de saída - na venda dos produtos, portanto - deve ser retirada do cálculo do PIS e da Cofins. Os ministros consideraram que o imposto estadual não pode ser classificado como receita ou faturamento, que é a base de incidência das contribuições.

Com a retirada do imposto estadual da conta, a base de cálculo do PIS e da Cofins foi reduzida e, conseqüentemente, os valores a pagar ao governo ficaram menores. As empresas, além disso, têm o direito de receber de volta o que pagaram de forma indevida nos últimos anos. O custo dessa tese para a União está estimado em R\$ 358 bilhões, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Agora, a Receita está afirmando que, pela lógica, a parcela do ICMS que consta nas notas de entrada, ou seja, na tomada de crédito, também não poderia ser contabilizada. "Tomando crédito menor, obviamente, vai ter um débito de PIS e Cofins maior", diz Leo Lopes, sócio do FAS Advogados.

Ele cita como exemplo uma fabricante de calçados que gasta R\$ 100 com a compra de couro ou tecido para confeccionar sapatos. Na apuração do PIS e da Cofins, ela obtém um crédito de 9,25% com a aquisição desse insumo. O Fisco está dizendo, agora, que se dentro desses R\$ 100 de despesa, R\$ 20 são de ICMS, a companhia só poderia utilizar R\$ 80 na base das contribuições.

O acumulado dessa diferença de R\$ 20, seguindo esse exemplo, é o que está sendo exigido dos contribuintes. Uma das cobranças a que o Valor teve acesso diz que se na decisão judicial que beneficia a empresa não constar expressamente a forma de cálculo a ser adotada, a **Receita Federal** deve utilizar a sistemática que leva em conta a retirada do imposto na saída, como decidiu o STF, e também na entrada, a etapa que gera crédito ao contribuinte.

"A Receita tenta criar uma regra de paralelismo [com a decisão do STF] que não faz sentido, afirma Rubens de Souza, do WFaria Advogados, acrescentando que esse movimento deve gerar novas disputas judiciais.

"A tomada de crédito é feita com base no que a legislação permite, e não sobre o que vem de carga da etapa anterior." O advogado Felipe Azevedo Maia, sócio do escritório AZM Advogados Associados, tem um cliente nessa situação. Ele diz que, por enquanto, a companhia está discutindo a cobrança administrativamente. Para o advogado, o entendimento da Receita pode, aparentemente, fazer sentido, mas, na tomada de créditos, afirma, a exclusão do ICMS só poderá ocorrer se houver mudança na lei.

"A saída é baseada nos artigos 10 e 2o das leis do PIS e da Cofins. Já o crédito está no artigo 3o. Consta que a empresa pode tomar crédito sobre toda a despesa incorrida com serviços e mercadorias adquiridas como insumo. A legislação trata de uma maneira que não abre espaço para interpretação", diz.

Outra empresa também autuada pela **Receita Federal** está sendo representada pelo advogado Diego Miguita, do VBSO Advogados. O comportamento do Fisco soa como "um revanchismo", afirma, mas não causa surpresa. Segundo o advogado, a Receita passou o recado de que essas autuações poderiam ocorrer no ano de 2019, ao publicar a Instrução Normativa (IN) nº 1911.

Essa norma regulamenta a apuração do PIS e da Cofins. Com a publicação, foi revogada uma instrução normativa anterior, a de nº 404, de 2004, em que constava, de forma expressa, a possibilidade de crédito sobre a parcela do ICMS. A norma de 2019 suprimiu esse trecho do texto.

"Ficou num limbo e o mercado percebeu, nas entrelinhas, que a Receita estava se movimentando para descontar o ICMS destacado na nota de entrada. Só que não há base legal. E, mesmo que houvesse, a Receita não poderia exigir valores não recolhidos antes da data de publicação dessa IN, já que a orientação era outra, permitindo a tomada de créditos", acrescenta Miguita.

A percepção dos advogados é de que a Receita segurou essas autuações até ter a certeza, no julgamento do STF, sobre qual ICMS deve ser retirado do PIS e da Cofins. A União defendia o imposto efetivamente recolhido. Prevaleceu na decisão, no entanto, o ICMS que consta na nota fiscal - geralmente maior.

"A Receita certamente deixaria essa questão dos créditos de lado se tivesse vencido no Supremo" diz o advogado Luca Salvoni, do escritório Cascione. Ele vê a discussão sobre o ICMS recolhido e as autuações que estão sendo vistas agora como "caminhos diferentes para chegar a um mesmo resultado

matemático".

Há empresas que se anteciparam a essa movimentação do Fisco. Optaram por ingressar com ação na Justiça para não correr riscos e ter garantido o direito de usar o valor cheio nas apurações do PIS e da Cofins. Existe pelo menos uma decisão, proferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3a Região, em benefício do contribuinte (leia abaixo).

A **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foram procuradas pelo Valor, mas não deram retorno.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964

Na TV, Queiroga apela para que pessoas tomem 2ª dose



Marcelo Queiroga, ministro da Saúde, durante pronunciamento nesta quarta-feira. Reprodução

Natália Cancian e Ricardo Delia Colletta

Em pronunciamento em rede nacional de televisão, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, defendeu resultados da campanha de vacinação do governo federal, atribuiu o avanço do plano ao presidente Jair Bolsonaro e fez um apelo para que pessoas que estão com a segunda dose em atraso busquem postos para concluir sua imunização.

O ministro classificou de "sucesso" a campanha de vacinação do país, reafirmando as promessas de que a população adulta no Brasil estará vacinada com a primeira dose até setembro e com o esquema vacinal concluído até o final do ano.

Em dois momentos, ele atribuiu a Bolsonaro a orientação para que o governo promovesse uma estratégia eficiente de vacinação contra a Covid.

O mandatário tem um histórico de declarações que questionam a eficácia de imunizantes e chegou a determinar, no ano passado, que o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, cancelasse uma parceria para aquisição da Coronavac -chamada por ele de "vacina chinesa de João Doria".

Além do mais, o governo federal ignorou durante meses ofertas da farmacêutica Pfizer para o fornecimento de doses.

"O Ministério da Saúde, conforme determinação do presidente da República, promoveu estratégia diversificada de acesso a vacinas", disse Queiroga no pronunciamento.

Em outro momento, ele voltou a exaltar o papel do presidente. "Destaco, em especial, a celebração do

contrato de transferência de tecnologia entre a Fiocruz e a AstraZeneca, que permitirá a produção completamente nacional das vacinas. Trata-se de um resultado tangível da aposta exitosa do presidente Jair Bolsonaro na promoção do acesso de todos brasileiros a vacina contra a Covid-19", disse o ministro da Saúde.

Dados do consórcio de veículos de imprensa mostram que, até o momento, 62,7% da população adulta já recebeu ao menos uma dose da vacina contra a Covid, e que 24,1% receberam as duas doses.

Em discursos, Queiroga vem dizendo que a meta do governo é vacinar toda a população com uma dose contra a Covid até setembro, e com duas doses até dezembro.

Nesta terça, o ministro disse ainda que adolescentes de 12 a 17 anos devem ser incluídos na vacinação após a pasta concluir o envio de ao menos uma dose para os adultos nesse primeiro intervalo.

A prioridade, informou, devem ser os adolescentes com comorbidades.

A decisão foi adotada em reunião com representantes de secretários estaduais e municipais de saúde.

No mesmo encontro, secretários contestaram anúncio feito pelo ministro sobre a possibilidade de reduzir o intervalo de doses da Pfizer de três meses para 21 dias, o que era estudado pela pasta já em agosto.

Com isso, a previsão, agora, é que essa redução ocorra apenas após a vacinação de todos os adultos com uma dose.

Gestores também têm feito críticas ao Ministério da Saúde pela demora em enviar novas doses de vacinas, fator que o grupo tem alegado como motivo para suspensão frequente da campanha em algumas capitais.

Já o ministro nega que haja estoque represado e tem atribuído a lentidão a questões burocráticas.

"Não há estoque de vacina. O que há é que, quando as vacinas chegam no aeroporto, elas precisam ser avaliadas pela chancela da Anvisa [Agência Nacional

de Vigilância Sanitária]. Segunde), precisa passar pelo controle do INCQS [Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde]. Também tem a questão da **Receita Federal**", afirmou Queiroga na segunda (26).

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Ministro prevê reajuste de 50% para o Bolsa Família

Lorena Rodrigues

O ministro da Cidadania, João Roma, disse ontem que o governo deve apresentar até o início de agosto uma medida provisória (MP) reformulando programas sociais e que o benefício médio do novo Bolsa Família deve subir 50% ou mais. Segundo ele, o programa terá o "maior valor possível".

Hoje, o Bolsa Família paga, em média, cerca de R\$ 190 por família. Com 50% de reajuste, esse valor chegaria a R\$ 285.

"O valor médio do programa será tratado com a área econômica mais à frente. O presidente (Jair Bolsonaro) falou em reajuste de 50% (em relação ao Bolsa Família). Pretendemos isso ou até mais", afirmou Roma, depois de se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em meio à contínua queda de sua popularidade, Bolsonaro passou a prometer publicamente um benefício de R\$ 300 para o Bolsa Família em 2022, ano em que deve disputar a reeleição. Como mostrou o Estadão no mês passado, o valor pegou de surpresa os técnicos do Ministério da Economia, que trabalhavam com uma reformulação do benefício médio dos atuais R\$ 190 para R\$ 250. O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho do presidente, chegou a falar num meio-termo, em R\$ 270.

De acordo com o ministro da Cidadania, a ideia do governo é lançar, em novembro, um novo programa de transferência de renda reunindo ações já existentes, como o Bolsa Família e o programa de aquisição de alimentos, e ampliar o número de atendidos para 17 milhões.

Atualmente, o programa beneficia 14,5 milhões de brasileiros.

Segundo Roma, o novo programa incluirá ainda ferramentas de capacitação e microcrédito.

Como antecipou o Estadão, de acordo com minuta da MP, o governo quer permitir que até 30% do valor do benefício possa ser descontado na fonte para abater empréstimos consignados.

Guedes disse que os cálculos apresentados pelo

ministro Roma para a criação de um novo programa social são "extremamente responsáveis" do ponto de vista fiscal. "Os programas sociais estão sendo feitos dentro da responsabilidade fiscal, com respeito ao teto", afirmou.

O governo deve "carimbar" a arrecadação extra com a taxa dos dividendos distribuídos pelas empresas a seus acionistas, prevista na proposta de reforma do Imposto de Renda, para garantir uma fonte de receita perene para a expansão do Bolsa Família.

Por isso, Guedes não abre mão da alíquota de 20% que, com o fim da dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), deve aumentar a arrecadação federal em R\$ 19,4 bilhões em 2022, R\$ 57,7 bilhões em 2023 e R\$ 61 bilhões em 2024 - de acordo com cálculos da **Receita Federal**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **Assistência social**

R\$ 285

é o valor médio a que chegaria o Bolsa Família, no caso de aumento de 50% no que é pago hoje

14,5 milhões

de pessoas são atendidas atualmente pelo programa

.....

Desvio de R\$ 247 mi no BEm

VERA BATISTA

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou pagamentos irregulares no valor de R\$ 247 milhões no Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), no ano passado, para trabalhadores que tiveram jornada ou salário reduzidos na pandemia. Relatório do ministro Bruno Dantas, que abrange o período de maio a dezembro de 2020, apontou que o principal motivo dos erros foi a falta de cruzamento de dados, o que possibilitou que 1.093 servidores federais nos três Poderes recebessem R\$ 4,5 milhões. Entre eles, a secretária de Gestão do Trabalho e Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, investigada pela CPI da Covid-19. Um montante de R\$ 43,9 milhões foi pago a servidores de estados e municípios.

Os pagamentos, segundo a análise do TCU, foram para quem não tinha direito ao benefício, como **servidores públicos** federais, estaduais e municipais, empregados com múltiplos vínculos e pessoas que já morreram. Também foram identificados casos em que o número de dias trabalhados é incompatível com o mês analisado. A maior parte dos pagamentos indevidos foi a trabalhadores que já recebiam outros benefícios, como aposentadoria ou seguro-desemprego. Foram R\$ 107,9 milhões pagos nesses casos.

No caso dos funcionários de estados e municípios, apenas 5,9% do valor foi devolvido até o momento. Já do total de pagamentos que extrapolam o número de dias do mês, de R\$ 35 milhões, 96% retornaram aos cofres públicos. Por isso, o BEm foi considerado bem-sucedido pelo ministro. "Descontando dos pagamentos potencialmente indevidos o valor já recuperado pela Strab (Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia), a taxa de erro corrigida do programa é de 0,72%, valor menor que a observada em outros programas emergenciais", destacou Bruno Dantas.

Em abril passado, o TCU já havia revelado que 15% do valor pago irregularmente haviam sido recuperados e que os pagamentos indevidos diminuíram a partir de julho de 2020, quando o órgão iniciou trabalho conjunto com o governo federal para corrigir as irregularidades.

Prazo

O TCU determinou à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, com apoio da Empresa Brasileira de Tecnologia e Informações da

Previdência Social (Dataprev), que, no prazo de 30 dias, "informem oficialmente aos órgãos públicos que possuem servidores que tenham recebido valores indevidos a lista contendo nome, matrícula, CPF e montante, para que orientem seus servidores a fazerem a devida devolução pelos meios previstos nos normativos do BEm".

Durante a vigência do programa, no ano passado, foram processados 19,9 milhões de acordos, dos quais 93,6% foram habilitados (ou seja, efetivamente pagos). Foram beneficiados 9,5 milhões de pessoas e executados R\$ 33,5 bilhões, aponta o relatório.

Hoje, o valor mínimo do benefício é de R\$ 477,96 e o máximo, de R\$ 1.911,84 mensais. O cálculo do valor se baseia no seguro-desemprego que o trabalhador receberia caso fosse demitido.

O programa foi renovado para este ano, mas ainda não houve fiscalização do TCU para o período. Desde a recriação do BEm, em 27 de abril, pela Medida Provisória nº 1.945, foram celebrados 3.006.263 acordos de redução de salário e jornada. Nesse número, estão incluídas 620.639 empresas e 2.517.326 trabalhadores.

Ciro Nogueira assume coordenação do Planalto na CPI da Covid no Senado

Julia Chaib, Ricardo Delia Coletta, Renato Machado e Mateus Vargas

Novo ministro da Casa Civil, o senador licenciado **Ciro Nogueira** (PP-PI) assumirá o papel de principal estrategista do governo **Jair Bolsonaro** na CPI da Covid. Hoje a comissão é o maior foco de desgaste para o presidente da República no Senado.

Líder do centrão, **Ciro** foi nomeado nesta quarta-feira (28) como substituto do general **Luiz Eduardo Ramos** na Casa Civil e afirmou a aliados que será o responsável por desenhar a estratégia governista no colegiado.

Até aqui, o principal articulador no Planalto para o tema era o ministro **Onyx Lorenzoni**, que estava na Secretaria-Geral da Presidência e foi deslocado para o Ministério do Trabalho e Previdência, recriado também nesta quarta.

Ramos e a ministra da Secretaria de Governo, **Flávia Arruda**, buscaram ajudar a traçar a resposta do governo na CPI. Porém, decidiram se afastar dos assuntos do colegiado por duas razões. Primeiro, viviam em embate com **Onyx**, que queria ter protagonismo. Segundo, porque sofriam com queixas de senadores.

Embora já tenha sido nomeado, a expectativa é que **Ciro Nogueira** tome posse apenas na próxima semana.

A CPI da Covid tem 11 membros titulares, e a maioria é crítica a **Bolsonaro**. São considerados governistas apenas **Marcos Rogério** (DEM-RO), **Eduardo Girão** (Podemos-CE), **Jorginho Mello** (PL-SC) e **Luis Carlos Heinze** (PP-RS).

O gaúcho ocupava uma vaga de suplente e será o substituto de **Ciro** no colegiado. Dessa forma, o filho mais velho do presidente, **Flávio Bolsonaro** (Patriota-RJ), assumirá uma das suplências.

Embora haja dois vice-líderes do governo -**Rogério** e **Mello**-, a avaliação é que a composição não favorece o Planalto. O catarinense é um senador mais discreto, enquanto **Heinze** e **Girão** são vistos como folclóricos, usando boa parte das falas nas sessões para defender tratamentos ineficazes para a Covid-19.

De acordo com aliados, o foco imediato da ação de **Ciro** deve ser tentar reequilibrar a composição de forças na CPI.

A avaliação é que há espaço para uma aproximação entre o Planalto e **Eduardo Braga** (MDB-AM), que iniciou a CPI como integrante do bloco majoritário, o chamado G7, mas tem assumido posições menos hostis ao governo.

Segundo interlocutores, **Ciro Nogueira** deve ter como prioridade cortejar **Braga** para o lado governista.

Senadores governistas da CPI também dizem acreditar que **Ciro** vai aproveitar seu bom trânsito com outras bancadas para manter um diálogo mais constante com o grupo majoritário da comissão, discutindo mais diretamente votações de requerimentos e outras ações do colegiado.

Afirmam que, até o momento, a articulação política do Planalto se resumiu a enviar material para preparar os membros aliados da CPI e a alinhar o discurso.

Um governista lembra que há espaço mesmo para negociar uma troca de membros indicados por bancadas mais próximas ao Planalto, como o PSD - trocando o independente **Otto Alencar** (PSD- BA).

No entanto, esse congressista reconhece que a hipótese é improvável, uma vez que a operação tem potencial de abrir um racha nas bancadas, o que poderia atrapalhar o governo em outras frentes.

A articulação política na CPI vinha sendo criticada pelos governistas desde a instalação da comissão, em abril. O dedo era apontado particularmente para a ministra **Flávia Arruda**, que teria deixado que bancadas próximas, como MDB e PSD, indicassem membros críticos ao Planalto.

Com a indicação de **Onyx** como estrategista, os governistas dizem que ao menos havia planejamento para as sessões e alinhamento no discurso.

Eles lembram que, logo após as denúncias envolvendo a vacina indiana **Covaxin**, o então ministro da Secretaria-Geral convocou rapidamente **Marcos Rogério** e **Jorginho Mello** para uma reunião no

Planalto.

No encontro, foram informados que Bolsonaro teria pedido ao então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que investigasse o caso, e o general não teria encontrado irregularidades. Essa virou a primeira versão oficial do governo.

Em relação a Ramos, a falta de traquejo político foi o principal fator que motivou a saída do general da Casa Civil -estrutura chamada pelo próprio Bolsonaro de "alma do governo". Ramos continua ministro, mas à frente da Secretária- Geral da Presidência, pasta de menor importância.

Antes demonizado por aliados de Bolsonaro, o centrão -grupo de legendas fisiológicas com forte representação na Câmara e no Senado- é hoje pilar de apoio político do Planalto no Congresso.

A chegada de Ciro Nogueira à Casa Civil não apenas sela o casamento de Bolsonaro com o centrão como consolida o avanço do grupo sobre os militares no governo.

Agora, três ministros da ala política têm assento no Planalto, despachando a poucos metros do gabinete presidencial: Ciro, Flávia, que é deputada licenciada do PL-DF, e Fábio Faria (Comunicações), deputado licenciado pelo PSD-RN.

Os ministros militares no Planalto são Ramos, empasta esvaziada, e o general Augusto Heleno, no GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

Heleno protagonizou, ainda na campanha de 2018, um dos episódios que marcaram o discurso contra a velha política do então candidato à Presidência Bolsonaro. Ele aproveitou um ato partidário para, em suas palavras, "cantar uma musiquinha".

"Se gritar pega centrão, não fica um, meu irmão", cantarolou. Em sua versão, o general diz "centrão" no lugar de "ladrão", que consta na letra original composta por Ary do Cavaco e Bebeto Di São João.

Pouco mais de dois anos depois, a retórica do governo mudou radicalmente. "Eu nasci de lá [do centrão]", afirmou Bolsonaro no último dia 22. "Eu sou do centrão." Ainda nesta quarta, o presidente oficializou a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência. A pasta do Trabalho -originalmente criada em 1930- havia sido extinta pelo próprio Bolsonaro em 2019.

O novo ministério ficará responsável por assuntos da Previdência; políticas e diretrizes para geração de emprego, renda e apoio ao trabalhador; fiscalização do trabalho; política salarial; segurança e saúde no

trabalho; registro sindical; e regulação profissional.

A pasta de Onyx ainda abriga o conselho curador do FGTS, o conselho deliberativo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), o Conselho Nacional de **Previdência Social**, entre outros.

MUDANÇAS OFICIALIZADAS NO MINISTÉRIO

Casa Civil

Sai Luiz Eduardo Ramos

Entra Ciro Nogueira

Secretaria-Geral da Presidência

Sai Onyx Lorenzoni

Entra Luiz Eduardo Ramos

Ministério do Trabalho e Previdência

Recriado, será chefiado por Onyx Lorenzoni

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49610>

Onyx quer priorizar regulação de trabalho da economia digital



Thiago Resende Brasília

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de recriar o Ministério do Trabalho e Previdência deve, na avaliação de técnicos da pasta, dar mais celeridade a projetos da área. Entre os principais temas está a economia digital.

Antes, assuntos trabalhistas e previdenciários eram tratados por uma secretaria que estava dentro da estrutura do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes.

À frente do novo ministério estará Onyx Lorenzoni, que deixou o cargo de ministro da Secretaria-geral da Presidência da República. O time do novo ministro deverá focar, por exemplo, os prestadores de serviço por aplicativos de celular.

Com a expectativa de Onyx concorrerão governo gaúcho em 2022, ele deve deixar a vaga em abril.

Apesar de o ministro ser da ala política do governo, técnicos que estavam trabalhando para Guedes esperam que, com a troca, a área trabalhista e previdenciária ganhe maior relevância no Executivo.

A ideia inicial é apresentar a Onyx os projetos que já estavam em estudo pela equipe. Isso faz parte do processo de transição.

Um dos principais assuntos da nova pasta deve ser

como regulamentar relações de trabalho que vêm crescendo principalmente por causa da digitalização, como aplicativos de iFood, Quinto Andar, entre outros.

Há empresas em diversos ramos, como aluguel de imóveis, venda de carros, serviços domésticos, entre outros. Esse modelo tem tomado uma fatia cada vez maior do mercado e representa uma renda flexível e, às vezes, de mais fácil acesso a pessoas que buscam emprego.

Por isso, o governo discute uma forma de torná-los trabalhadores formais.

Uma das hipóteses é alterar as normas do MEI (microempreendedor individual) para que esses prestadores de serviço se enquadrem na modalidade. Como MEI, a alíquota de contribuição previdenciária é mais baixa que a de um autônomo ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Assim, esses trabalhadores passam a ter proteção da Previdência, por exemplo, em caso de doença (auxílio-doença), além de fazerem parte do sistema de aposentadoria.

Questões sindicais também estão na lista a ser apresentada a Onyx. O governo promete uma reforma nessa área desde o primeiro ano do mandato de Bolsonaro.

Pelos estudos, o ponto de partida é acabar a unicidade sindical -um único sindicato tanto de trabalhadores como de empresas por base territorial: município, uma região, estado ou país.

As organizações poderiam assim representar uma ou mais categorias, profissões ou trabalhadores por empresas. A medida exige a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição), que depende de forte apoio no Congresso.

Na área previdenciária, também é esperada uma aceleração no plano de propor ao Congresso uma Lei de Responsabilidade Previdenciária. O objetivo é incentivar que estados e municípios façam adesão à reforma das regras de aposentadoria e pensão e adotem medidas para controlar os gastos com aposentadorias e pensões de servidores.

Os projetos que estavam na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada à Economia, tinham o perfil e estavam alinhados a Guedes. Mesmo assim, alguns demoravam a avançar.

Com o status de ministério, a expectativa é que as discussões agora passem a ocorrer entre dois ministros (Onyx e Guedes), e não mais entre um ministro e uma secretaria sob comando dele próprio. Onyx também poderá negociar diretamente com Bolsonaro.

Nesta quarta (28), o governo publicou a MP (medida provisória) que recria o Ministério do Trabalho e Previdência repassando à pasta dez atribuições e sete órgãos colegiados até então de responsabilidade da Economia, incluindo os conselhos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

10

MP que recria Trabalho atende pedidos de Guedes

Lu Aiko Otta e Matheus Schuch

No mesmo ato em que recriou o Ministério do Trabalho e Previdência, agora nas mãos do ministro Onyx Lorenzoni, o presidente Jair Bolsonaro deu aval a mudanças reivindicadas pelo ministro Paulo Guedes no Ministério da Economia. A principal delas foi a extinção da Secretaria Especial de Fazenda, que deu lugar à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento. Fontes ouvidas pelo Valor disseram que o movimento reforça a ideia de reunir em um só lugar todo o ciclo orçamentário: planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. A mudança ocorre em meio ao recrudescimento dos ataques especulativos do Centrão para tomar o Planejamento.

Apesar de ter perdido fatia importante de seu superministério, Guedes conseguiu manter um nome de sua confiança na secretária-executiva da pasta do Trabalho e Previdência: o economista Bruno Bianco, que hoje ainda deve liderar a apresentação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de junho.

O novo ministério terá até quatro secretarias e ficará responsável por assuntos da Previdência; políticas e diretrizes para geração de emprego, renda e apoio ao trabalhador; política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho; fiscalização do trabalho; política salarial; segurança e saúde no trabalho; regulação profissional; e registro sindical; entre outros temas.

A pasta também coordenará o conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Conselho Nacional do Trabalho; Conselho Nacional de **Previdência Social**; Conselho de Recursos da **Previdência Social**; entre outros.

A Medida Provisória 1.058, publicada ontem com a oficialização das novas estruturas, também traz regras de transição para servidores desses órgãos e possibilidade de transformação de cargos em comissão e funções de confiança para formar a estrutura de cargos do novo ministério. O texto não detalha o quantitativo de novos cargos disponíveis na estrutura.

A criação da Secretaria Especial de Tesouro e

Orçamento (Seto) reforça a importância de um comando único para o planejamento dos gastos públicos e sua execução, apurou o Valor. A junção das duas áreas foi a principal alteração trazida com a criação do Ministério da Economia em 2019. Antes disso, o Tesouro estava com o Ministério da Fazenda e o Orçamento, com o do Planejamento. Divergências entre as duas pastas já faziam parte da paisagem de Brasília.

Mas esse novo desenho é alvo de pressões a cada rodada das reformas administrativa e tributária, e dessa vez não foi diferente. Houve tentativas de tirar da Economia a estrutura do antigo Planejamento. Guedes não abriu mão nesse ponto, mas teve de ceder sobre as áreas de Previdência e Trabalho.

A MP também retirou da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade a parte de emprego. No caso, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, responsável pelo Sine e pelos programas de qualificação profissional. Um decreto ainda em formulação vai detalhar as mudanças, e só então ficará claro o desenho do ministério comandado por Onyx Lorenzoni.

A Seto terá até três secretarias, em vez das quatro que compunham sua originária. A Secretaria de Política Econômica (SPE), ligada à Secretaria da Fazenda, responderá diretamente ao ministro. Com isso, ganhará mais transversalidade para atuarem conjunto com as demais secretarias. Já a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias (Secap), que também estava na Fazenda, deverá ser desmembrada. A parte que trata de avaliação de políticas públicas deve ser convertida em um departamento na Seto. As áreas de energia e loterias devem migrar para outras secretarias da Economia.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Postalís propõe redução de benefícios

Juliana Schincariol Do Rio

O Postalís, fundo de pensão dos Correios, deu novo passo para solucionar seu déficit de R\$ 7 bilhões. A exemplo de outras entidades como Fapes (BNDES) e Petros (Petrobras), a intenção é reduzir benefícios em vez de impor novas contribuições extraordinárias. A medida foi aprovada pelo conselho deliberativo da fundação e ainda precisa passar pelo crivo da patrocinadora e de órgãos como a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

"Essa solução traz de volta a solvência e a liquidez do plano. Hoje temos um prazo de vida, temos liquidez até 2026. Com isso, colocamos o plano nos trilhos", disse ao Valor o diretor de gestão previdencial do Postalís, Carlos Alberto Zachert. Pelos cálculos da fundação, há perspectiva de pagamento de benefícios até o ano de 2133.

O Postalís é um dos maiores fundos de pensão do país, com mais de 130 mil associados. A maioria faz parte do plano de benefício definido (BD), que concentra os problemas. Em caso de resultado negativo, o modelo requer contribuições adicionais dos associados e também do patrocinador. Diante de uma eventual privatização dos Correios, uma solução para o problema significa um passivo a menos para um futuro novo dono.

Pela proposta, o valor das pensões por morte cairia de 80% para 50% dos benefícios. Também seria eliminado o pecúlio por morte - atualmente o valor pago são 10 salários mínimos. As mudanças são legalmente viáveis, segundo Zachert. Com a aprovação da proposta, as alterações seriam válidas para novos pensionistas. Para os atuais, os direitos atuais serão mantidos.

O fundo de pensão já tem um equacionamento em curso, referente a um déficit de R\$ 5,7 bilhões, que exige contribuições extraordinárias de 18,81%, um desconto que recai sobre a renda mensal dos funcionários da ativa e também dos aposentados. Se o novo plano for aprovado, esse valor pode cair para 17,84%.

Segundo o diretor, a administração da fundação está alinhada com a Previc, que já fez uma pré-análise da proposta. As conversas ocorrem desde fevereiro de 2020, quando foi assinado um termo de ajustamento

de conduta (TAC), que definiu um prazo de dois anos para conclusão dos trabalhos de equacionamento de déficit. "Estamos resolvendo aquilo que mais impacta, o déficit de R\$ 7 bilhões, que data de 2015. A preocupação dos órgãos de fiscalização e controle é muito grande", disse.

O Postalís passou por um período de intervenção de 2 anos e meio, a partir de 2017. E, nesse período, não se chegou a uma solução. Apesar disso, para o diretor, houve um amadurecimento das partes e conscientização sobre o problema. A possibilidade de judicialização por participantes não é descartada. "Estamos seguros com pareceres atuariais e jurídicos. Avançamos com representantes de associações e entidades. Toda solução de déficit tem perdas, o que fizemos foi minimizá-las." Se correr como esperado, o Postalís espera implementar o equacionamento no início de 2022. O próximo passo é fazer uma migração, de forma voluntária, para um plano de contribuição definida (CD). Na prática, com a mudança, os associados receberiam, no momento da aposentadoria, o montante acumulado ao longo da vida.

"O grande incentivo é não ter mais risco de déficit", defendeu o diretor. Outras fundações tiveram experiências recentes com a migração para novos planos. Em meados do ano passado, na Faceb, dos empregados da CEB, mais de 86% dos participantes e assistidos do plano BD optaram por migrar suas reservas para outros planos, incluindo um de perfil CD. Na Petros, a migração foi aceita por 2.176 participantes, e a criação do novo plano foi considerada viável.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964

Portal gov.br já reúne mais de 110 milhões de usuários cadastrados

Um celular na mão com internet é o suficiente para que o brasileiro tenha acesso a serviços do governo 24 horas por dia, sete dias por semana. Entre eles, estão a carteira de trabalho, carteira de motorista, solicitação e recebimento do auxílio emergencial e acesso a diversos serviços do **INSS**. Sem enfrentar filas, gastar dinheiro com deslocamento ou impressão de papéis.

Esses são apenas alguns exemplos e vantagens do governo digital. Iniciativa que vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil. O portal gov.br, que já reúne três mil serviços para o cidadão, completa hoje (29) dois anos. Nesse tempo, conseguiu fazer com que as visualizações mensais passassem de pouco mais de seis milhões - quando o portal foi criado, em agosto de 2019 - para mais de 164 milhões, em junho deste ano. Um aumento de 2542%.

Em dois anos, o portal já recebeu mais de 100 milhões de solicitações e já tem mais de 110 milhões de usuários do login único. Com ele, o cidadão tem acesso a todos os serviços digitais oferecidos pelos órgãos federais que disponibilizam informações e serviços por meio do gov.br.

A economia chega a R\$ 3,1 bilhões por ano, sendo R\$2,3 bilhões para a sociedade e R\$ 800 milhões para o governo.

"O portal simplifica o acesso e a vida de todos. Isso porque os serviços federais passam a estar disponíveis de qualquer lugar, mesmo nos mais distantes ou onde não há uma agência física de órgão ou entidade", disse o secretário Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sérgio Queiroz. Segundo ele, concentrar tudo em um só lugar é um dos principais diferenciais do gov.br. "Isso acaba com aquela necessidade de o cidadão ser obrigado a saber qual órgão presta qual serviço. Pra ele, o governo é um só. Então, o processo de demandar precisa ser padronizado e acessado de um só lugar."

Entre os aplicativos com maior número de downloads estão a Carteira Digital de Trânsito, com mais de 22 milhões e 400 mil, a Carteira de Trabalho Digital, com mais de 17 milhões e 800 mil e o Meu **INSS**, com mais de 11 milhões de downloads .

O aposentado Dornelles Williams de Oliveira, de 67 anos usou o aplicativo do **INSS** para fazer a prova de vida. O aplicativo é muito fácil de usar e bastante seguro. Através dele realizei minha prova de vida do **INSS** este ano pelo celular, de forma fácil e rápida, no conforto da minha residência", afirmou.

As empresas também se beneficiam do governo eletrônico. Segundo Queiroz, no caso delas, se destacam serviços da **Receita Federal** e prestação de informações via e-Social, além da obtenção de alvarás e licenças.

O secretário destacou que públicos de todas as idades usam o gov.br. "Dos jovens que participam do Enem - e que nas duas últimas edições do exame já utilizaram a identidade digital única gov.br - ao trabalhador que solicita a aposentadoria via Meu **INSS**."

A maioria dos brasileiros - 62,93% - acessa o portal pelo celular. Outros 36,48% acessam pelo desktop e apenas 0,59% pelo tablet .

De acordo com Queiroz, a expectativa é chegar ao fim de 2022 com 100% dos serviços federais disponíveis em sua forma digital no portal gov.br. "É uma decisão de governo focada no cidadão e empresas."

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/portal-govbr-ja-reune-mais-de-110-milhoes-de-usuarios-cadastrados>

Estimativa mostra que novo ministério levará 66% de recursos da Economia

O presidente Jair Bolsonaro oficializou a criação do Ministério do Trabalho e Previdência, ontem, com a publicação de uma medida provisória no Diário Oficial da União. A nova pasta do governo, que será comandada por Onyx Lorenzoni, terá um dos maiores orçamentos da Esplanada. Uma estimativa feita pela Associação Contas Abertas, a pedido do Correio, prevê recursos de, pelo menos, R\$ 807,2 bilhões para as ações do ministério.

A entidade levou em conta os valores autorizados no Orçamento de 2021 para o Ministério da Economia e que serão destinados aos órgãos que ficarão subordinados à nova pasta. Integram a nova pasta o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que tem um dos maiores orçamentos e o maior quadro de pessoal do ministério chefiado por Paulo Guedes.

Com a mudança, o Posto Ipiranga do governo Bolsonaro perde importância estratégica. Uma das medidas essenciais para a retomada da economia - uma política voltada para combater o aumento expressivo do desemprego, que atinge 15 milhões de pessoas - ficará sob a responsabilidade de Onyx Lorenzoni.

Outros órgãos, como o Fundo Nacional de **Previdência Complementar**, o Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** e mais fundos previdenciários, devem ir para a nova pasta, que deverá responder por 66,7% dos recursos autorizados para a Economia.

Segundo o levantamento da Contas Abertas, dos R\$ 3,4 trilhões de recursos autorizados no Orçamento para a Economia neste ano, a maior parte, R\$ 2,2 trilhões, são referentes à gestão da dívida pública. Do R\$ 1,2 trilhão restante para o orçamento direto sob a responsabilidade de Guedes, o ministro ficará com apenas R\$ 400 bilhões, em razão do desmembramento da pasta. "Esses dados são estimativas. Em termos de valores, a Economia vai encolher, pois o grosso do dinheiro vai para o Trabalho e Previdência, porque inclui as aposentadorias do **INSS** e os fundos previdenciários e do trabalhador", destacou o secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco.

O especialista lembrou que será preciso transplantar a

estrutura administrativa que estava dentro da Economia. Além disso, será instituída um novo escalão de servidores no novo ministério, que ainda precisará contar com carro e motorista para o ministro, e outros órgãos administrativos. Isso vai "na contramão do discurso de Paulo Guedes de buscar economizar gasto público com uma estrutura unificada para os cinco ministérios que foram fundidos", destacou Castello Branco.

Críticas

O analista Lucas Fernandes, coordenador de análise política da BMJ Consultores Associados, também está convencido de que a criação do Ministério do Trabalho e Previdência é mais uma medida de enfraquecimento de Guedes, apesar do discurso do governo de que a agenda liberal não está sendo comprometida. O desemprego também é outro fator crítico.

"Apesar de a economia dar sinais de que está conseguindo se recuperar, a popularidade do presidente não deslança e o desemprego está muito alto", alertou Fernandes. Ele acrescentou que há dúvidas sobre o discurso da austeridade fiscal e o compromisso de não adotar medidas populistas que impliquem em aumento de gastos com as eleições se aproximando. Para ele, o orçamento robusto da nova pasta ajudará Lorenzoni a ter projeção nacional para concorrer às eleições ao governo do Rio Grande do Sul no próximo ano.

No Congresso, a ampliação da quantidade de ministérios foi criticada. Durante a campanha, Bolsonaro prometeu reduzir o número de pastas de 29 para 15, mas agora já tem 23 ministérios sob a sua gestão. "A recriação do Ministério do Trabalho é um retrocesso. Acomodações políticas fazem parte do jogo, especialmente, em nosso sistema presidencialista. No entanto, a volta desta pasta é de péssimo simbolismo, pois remete ao varguismo, a origem de muitos de nossos males", avaliou o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

O deputado Bohn Gass (PT-RS), líder do partido na Câmara, reclamou que a criação da pasta "não é para gerar emprego nem para garantir respeito a quem trabalha", mas, sim, "para manter os votos do Centrão contra um eventual impeachment" de Bolsonaro. "Toma-lá-dá-cá, velha política e chantagem", criticou o

parlamentar.

O estoque da Dívida Pública Federal teve aumento nominal de 3,07%, passando de R\$ 5,171 trilhões, em maio, para R\$ 5,329 trilhões, em junho, de acordo com relatório divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. A Dívida Interna (DPMFi) teve o estoque ampliado em 3,29%, ao passar de R\$ 4,940 trilhões para R\$ 5,103 trilhões, em consequência da emissão líquida de R\$ 133,43 bilhões de novos títulos, e da apropriação de juros ao estoque no valor de R\$ 29,36 bilhões. Já o saldo da Dívida Externa (DPFe) caiu 1,77%, em relação a maio, encerrando junho em R\$ 226,67 bilhões (US\$ 45,31 bilhões).

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4940422-estimativa-mostra-que-novo-ministerio-levara-66--de-recursos-da-economia.html>

Incentivo a vale-alimentação continua



ISRAEL MEDEIROS

Diante de pressões feitas por sindicatos e entidades ligadas aos direitos trabalhistas, o relator da proposta da **reforma tributária** no Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA) anunciou ontem que retirou do projeto qualquer menção ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Isso significa, na prática, que os incentivos fiscais às mais de 270 mil empresas que oferecem vale alimentação ou refeição aos trabalhadores estão mantidos.

A decisão foi um pedido de parlamentares da oposição no Congresso. "Havia um impacto muito pequeno em relação ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), e entendemos que isso não iria causar qualquer desestímulo à opção pelos benefícios, mas, sensíveis aos argumentos apresentados pelos deputados de oposição, nós vamos retirar do texto qualquer menção ao PAT, garantindo que nem o mínimo impacto ocorrerá", afirmou o relator, após reunião com Guedes.

No modelo atual, há um incentivo fiscal às empresas participantes do PAT, que podem reduzir em até 4% o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) - cuja alíquota é de 15%. Diante da redução das alíquotas do IR nos próximos dois anos, que poderá resultar em uma incidência de 2,5% de IRPJ para as empresas em 2023, o plano do governo e do relator era acabar com o incentivo fiscal. Para sindicalistas e associações de classes, isso poderia resultar em uma menor oferta dos benefícios alimentícios e, conseqüentemente, em uma piora da alimentação dos funcionários.

A medida poderia inclusive causar um efeito em cascata na economia, já que restaurantes e estabelecimentos alimentares seriam diretamente afetados pela diminuição da oferta de vale-refeição e

de vale-alimentação. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), há cerca de 22,3 milhões de trabalhadores beneficiados pelo PAT no Brasil.

O Presidente do Conselho da ABBT, Alaor Aguirre, comemorou: "A preservação do PAT em sua totalidade é uma vitória para os trabalhadores e para a economia brasileira."

Por lei, as empresas não são obrigadas a pagar vale-alimentação ou de refeição, como ocorre com o 13º, hora extra e férias, por exemplo. O pagamento é definido em convenções coletivas mediadas por sindicatos.

Celso Sabino informou que manteve o fim da isenção de outros **impostos** em benefícios pagos a agentes públicos. "Mantivemos o fim da isenção do auxílio-moradia e do auxílio-transporte pagos aos agentes públicos: deputados, senadores, promotores, juizes. Acenando, assim, com a preocupação de reduzir o tamanho do Estado, enxugar os gastos públicos", pontuou.

Dividendos

O relator também anunciou alterações na tributação de dividendos - uma das principais novidades da proposta, defendida por Guedes para onerar acionistas de grandes empresas. Sabino modificou o texto para que dividendos distribuídos por empresas cadastradas no Simples Nacional permaneçam isentos. A decisão veio após pressão de empresários sobre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"O presidente da Câmara tem recebido muitas demandas justas das empresas cadastradas no Simples Nacional. Nós trouxemos essa proposta que chegou à Câmara pelas mãos do deputado Lira ao ministro da Economia e nós vamos retirar do texto o fim da isenção da taxa de lucros e dividendos distribuídos por empresas cadastradas no Simples Nacional", disse Sabino, após reunião com o ministro Paulo Guedes.

Sabino também comentou que há possibilidade de aumentar a isenção de tributação de dividendos, hoje prevista em R\$ 20 mil por mês. "O cálculo está sendo fechado junto ao secretário da Receita, José Barroso Tostes", pontuou.

Governo avalia reduzir em até R\$ 70 bi meta para rombo das contas em 2022

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli

A equipe econômica deve propor uma mudança na meta fiscal de 2022, recém-aprovada com um déficit de R\$ 170,5 bilhões.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, está em avaliação uma redução de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões na previsão de rombo. Além de incorporar a recente melhora na arrecadação, o corte na meta colocaria um freio no ímpeto do Congresso de ampliar o rol de "bondades" que resultem em perda de receita.

O governo tem observado uma melhora na arrecadação, atribuída à recuperação da atividade econômica. Só para este ano, a projeção é de R\$ 200 bilhões em receitas extras, o que já deixa uma folga no objetivo do governo para as contas públicas de 2021. A avaliação da área econômica é que esses ganhos vão se repetir no próximo ano.

Como a meta de resultado primário resulta da diferença entre receitas e despesas, a arrecadação maior abre caminho para um rombo menor nas contas. Por isso, a revisão da meta fiscal para 2022 é considerada pela área econômica uma direção correta e até um "caminho natural", uma vez que a receita extra não pode ser empregada em novas ações do governo devido ao teto de gastos - outra regra fiscal que limita o avanço das despesas à inflação.

Para rever a meta de 2022, o governo precisará enviar um projeto para mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem. O texto terá de ser aprovado pelo Congresso.

Segundo uma fonte da equipe econômica, será importante "organizar o debate", uma vez que há muitos temas em pauta junto ao Parlamento.

Seria a primeira vez que o governo melhora, oficialmente, a trajetória esperada para o resultado primário. Em 2016, quando o governo Michel **Temer** fixou pela primeira vez uma meta fiscal negativa de R\$ 170,5 bilhões, a previsão era de uma redução gradual no rombo nos anos seguintes, mas a velocidade da melhora frustrou expectativas.

Desde então, as metas de 2017 e 2018 foram alteradas para pior, a de 2020 foi afastada devido à

calamidade provocada pela pandemia de covid-19, enquanto o alvo para 2022 também acabou ficando mais negativo que os R\$ 127,5 bilhões indicados inicialmente pelo governo. Agora, a equipe econômica vê condições de mudar a meta de 2022 para valores próximos a R\$ 100 bilhões, numa indicação mais firme de melhora nas contas, que estão no vermelho desde 2014.

A queda na meta poderia ser de até R\$ 100 bilhões (ou seja, rombo de, no máximo, R\$ 70 bilhões), mas as concessões da **reforma tributária** limitam uma redução mais significativa no rombo projetado. O governo enviou a proposta de reformulação do IR com ganho líquido de R\$ 2,47 bilhões previsto para 2022. O texto traz medidas que vão nas duas direções, de reduzir e elevar a arrecadação.

Muitas esbarram nas resistências de setores econômicos, como a tributação de lucros e dividendos distribuídos à pessoa física. O relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDBPA), já indicou mudanças no texto em busca de um consenso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vale-refeição ficará de fora da reforma do IR

O relator da **reforma tributária** do Imposto de Renda (IR), deputado Celso Sabino (PSDB-PA), decidiu retirar do seu parecer a trava a incentivos fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). De acordo com as regras atuais, as empresas têm a opção de deduzir no IR o dobro dos gastos comprovadamente realizados com os programas de alimentação do trabalhador já aprovados pelo governo, como é o caso do PAT. Pelo relatório que foi apresentado aos líderes, esse benefício deixaria de existir em 31 de dezembro de 2021.

Ontem, Sabino recuou e disse que o incentivo ao vale-alimentação está mantido. "Vamos retirar do texto qualquer menção ao programa de alimentação do trabalhador", disse Sabino, depois de se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo ele, o entendimento inicial era de que o impacto seria pequeno e que não seria um desestímulo à opção pelo programa de alimentação ao trabalhador.

"Sensíveis aos argumentos apresentados pelos deputados da oposição, vamos também retirar do texto qualquer menção ao programa de alimentação do trabalhador, garantindo assim que, ainda que micro, o impacto não ocorrerá", disse.

Sem o incentivo, segundo os setores de bares e restaurantes, uma parte dos trabalhadores perderia o vale-refeição ou o vale-alimentação.

Os cartões não são considerados benefícios obrigatórios por lei.

Simplex. Depois de confirmar que incluirá a isenção de tributação sobre dividendos distribuídos por empresas do Simplex na **reforma tributária**, Sabino disse que há "grande possibilidade" de aumentar o limite de isenção para a taxação de dividendos pagos por micro e pequenas empresas.

O projeto original e o parecer do relator preveem uma faixa de isenção de até R\$ 20 mil por mês.

Mas o próprio Guedes já disse que deve subir "um pouquinho" para poupar a classe média.

Ontem, o Estadão mostrou que Guedes deu aval para a isenção dos valores distribuídos pelas empresas do Simplex, com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. A isenção é considerada um passo politicamente

importante para afastar as resistências ao projeto, que prevê a volta da cobrança na distribuição dos lucros e dividendos pelas empresas aos seus acionistas com uma alíquota de 20%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **Projeto**

R\$ 4,8 mi

é o teto de faturamento para isenção dos lucros e dividendos das empresas cadastradas no Simples, conforme deve prever projeto de reforma do Imposto de Renda

20%

deve ser a alíquota do IR para as demais companhias. Hoje, nada é cobrado nessa operação

.....

Imposto de Renda iniusto (2)

Marcos Pinto, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, é mestre em Direito pela Universidade Yale, mestre em economia pela FGV-RJ e doutor em Direito pela USP

A reforma do Imposto de Renda proposta pelo governo Bolsonaro realizou uma proeza: desagradou a todos. Talvez isso seja inevitável, tratando-se de **impostos**, mas desconfio que a rejeição decorra das falhas da proposta do governo.

O primeiro problema é que ela penaliza os empresários, mas protege os investidores. Após a reforma, a alíquota agregada dos **tributos** incidentes sobre lucros das empresas chegará a 43%. A alíquota dos rendimentos sobre aplicações financeiras será de apenas 15%.

O segundo problema é que a proposta mantém o privilégio dos profissionais liberais. Atualmente, por meio de pessoas jurídicas, médicos e advogados pagam pouco imposto, enquanto os trabalhadores pagam até 27,5% do que ganham. Além disso, os profissionais liberais não pagam as mesmas contribuições sociais que os trabalhadores.

Em vez de atacar essa injustiça, a proposta do governo agrava o problema, pois reduzirá a alíquota do Imposto de Renda da pessoa jurídica, mas manterá a isenção da pessoa física para os dividendos recebidos de pequenas empresas. Enquanto a tributação do assalariado será a mesma, a de muitos profissionais liberais, que já era baixa, será ainda menor.

O terceiro problema da proposta é que ela foi feita de forma isolada, sem atentar para seus impactos no sistema tributário como um todo. Desde o início do governo, espera-se um esforço real para aprovar uma ampla **reforma tributária**, mas nada de concreto foi feito até agora.

Ao contrário do que ocorre nos países ricos, a maior parte de nossa arrecadação não vem do Imposto de Renda, que representa menos de um quarto do total, mas dos **tributos** sobre consumo, responsáveis por mais de metade da receita tributária do país.

Tributos sobre o consumo são injustos. Como os pobres consomem quase tudo o que ganham, gastam uma fatia maior da renda com esses **tributos** do que os ricos. Isso faz com que a carga tributária brasileira seja regressiva: en-quantos 10% mais pobres gastam

cerca de 30% da renda com **tributos**, os 10% mais ricos gastam apenas 20%.

Para resolver esse problema, é preciso aumentar a tributação sobre a renda e reduzir a tributação sobre consumo, sem aumentar a carga tributária. Mas como convencer a sociedade brasileira a pagar mais Imposto de Renda sem reduzir imediatamente os **impostos** sobre o consumo?

Em alguns aspectos, a proposta do governo tenta avançar. Porém tudo indica que as melhores medidas da proposta serão abandonadas na negociação com o Congresso e que o resultado da reforma será uma perda de arrecadação do Imposto de Renda.

Infelizmente, não existe almoço grátis. Com uma dívida gigantesca, o país não pode reduzir sua carga tributária agora. Logo a perda de arrecadação terá de ser compensada. E o será mediante a elevação dos **tributos** sobre o consumo, que atingem os cidadãos de renda mais baixa.

Ao final, quem pagará a conta do banquete serão os pobres, que nem sequer estão sentados à mesa.

Marcos Pinto, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, é mestre em Direito pela Universidade Yale, mestre em economia pela FGV-RJ e doutor em Direito pela USP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro como apêndice do PP - MARIA CRISTINA FERNANDES

MARIA CRISTINA FERNANDES

A posse do senador do PP do Piauí, Ciro Nogueira, na Casa Civil marca um ponto de não retorno para o partido. Já não se aposta mais que o Progressistas abandone o barco do presidente Jair Bolsonaro. O que não significa que tenham, como destino, o mesmo porto.

O plano A do PP passou a ser a reeleição do presidente, a ser vendido como um "centrista" capaz de abocanhar a terceira via. Sob duas condições. Que o vice, ao contrário do atual, não sirva de seguro contra o impeachment e que Bolsonaro não vá para o PP, onde engoliria o fundo eleitoral.

A verba é fundamental para a meta onipresente do Progressistas em todos os planos do alfabeto: eleger uma bancada capaz não apenas de liderar a reeleição de Arthur Lira (AL) à presidência da Câmara como de tomar o partido incontornável. Para que o eleito em 2022, seja quem for, coma na sua mão.

Some-se ao fundo eleitoral o inchaço das emendas parlamentares operado por Lira e está montado o apoio transpartidário à sua recondução à Mesa da Câmara.

Para levar a cabo suas ambições, o PP elegeu três alvos. O primeiro deles são os militares, que o partido expôs à execução política na armadilha que resultou na carta desastrosa do ministro da Defesa atestando a legitimidade do voto impresso. O movimento ainda se vale das auditorias do Tribunal de Contas da União, pródigo em encontrar uma infinidade de benesses e malfeitos da corporação armada, e da CPI, empenhada em pegar a tropa do general Eduardo Pazuello na Saúde.

Ao espalhar armadilhas para os militares, os parlamentares também buscam cumplicidade com o Supremo. Alvo permanente da zanga fardada, a Corte tem reagido ao avanço das emendas parlamentares sobre o Orçamento público.

Como Bolsonaro liberou as amarras de posse e porte de armas, cortejou baixas patentes militares e mantém em estado de alerta gangues digitais e físicas de provocadores, não dá para descartar eventos que proporcionem ao presidente álibi para o acionamento

do artigo 142 da Constituição, que prevê a atuação das Forças Armadas na ordem interna do país. Espera-se, porém, que a quantidade de trapalhadas dos ministros gerais ao longo deste governo indisponha o Alto Comando das Forças a aventuras do gênero.

O segundo alvo do PP é o ministro da Economia. O partido já comandou a desmoralização da pauta privatista de Paulo Guedes com a MP da Eletrobras e faz o mesmo com a **reforma tributária**, que angariou oposição até mesmo das entidades empresariais mais subservientes. Agora avança para o fatiamento daquele que um dia foi conhecido como superministério da Economia, com o desmembramento da Pasta do Trabalho e a almejada recriação do Ministério do Planejamento.

O PP cobiça ainda o Coaf, hoje sob a alçada do Banco Central. Tem como parceiro na investida o filho do presidente, senador Flávio Bolsonaro (Patriotas-RJ), alvo frequente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

O terceiro alvo do PP é o PSD de Gilberto Kassab. O partido tem representado, até aqui, a maior capacidade de arregimentação de uma terceira via, alternativa que o PP pretende liquidar com a formatação de uma recandidatura presidencial sob novos moldes. E não apenas. O PSD também foi o partido que, sob a dupla Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), mais cresceu no Senado, encostando na maior legenda da Casa, o MDB.

O PSD tem o comando da CPI da Covid, que ameaça Flávio Bolsonaro, e Pacheco tem a pauta do Senado para resistir contra a investida do PP. Segurou a LDO para ver que rumo toma a discussão do fundo eleitoral e a proeminência de Ciro Nogueira sobre os senadores. Está ainda sentado sobre a indicação do advogado-geral da União, André Mendonça, ao STF. A mensagem com seu nome foi enviada pelo presidente uma semana antes do recesso mas não foi lida por Pacheco, travando a tramitação.

O PP cativa o MDB com a perspectiva de retomada da mesa diretora e avança para desidratar o PSD, dando por descartada a candidatura de Pacheco e a adesão do partido à postulação do ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva.

A hipótese de aliança do PSD com o PT no primeiro turno, propagandeada para levar de volta ao bolsonarismo os desertores, é negada com veemência pelos correligionários de Kassab. A filiação de Pacheco ao PSD será adiada para março, prazo limite da legislação eleitoral, para que ele exerça a presidência do Senado sem o carimbo de candidato.

Mas o PP alveja a terceira via não apenas na ofensiva contra o PSD mas pela própria liderança de Ciro Nogueira na frente bolsonarista. Em 2018 o senador do PP do Piauí levou ao limite a articulação para viabilizar a candidatura Ciro Gomes.

A repaginada para atrair de volta a diáspora bolsonarista foi simbolizada com a cerimônia de lançamento do sistema de integridade do governo. Escolhida a dedo para marcar a estreia do novo ministro, réu no Supremo em cinco processos, a cerimônia foi protagonizada por ministros que permaneceram de máscara o tempo todo.

É bem verdade que a campanha bolsonarista esbarra nos interesses regionais de Ciro Nogueira e Arthur Lira. Ambos vêm de Estados em que Lula nada de braçada. Mas para Ciro, que ainda tem quatro anos no Senado, a aliança com Bolsonaro, na verdade, o livra de uma candidatura ao governo estadual fadada ao fracasso porque o governador do Piauí, Wellington Dias, é do PT e montará palanque competitivo para Lula. Já Lira é candidato à reeleição, mas numa postulação proporcional. Está despejando tanto dinheiro em Alagoas que vai ofuscar seu noivo de 2022.

Colados ao governo, ambos explorarão a dependência de seus Estados da União. Nas contas do professor da Universidade Federal do Piauí, Ricardo Alaggio, 50% de sua riqueza está atrelada a transferências federais. A liderança do PP na transformação do investimento público num grande emendão parlamentar serve precisamente a este propósito.

Com as emendas parlamentares, o fundo eleitoral e o comando do Executivo, o PP avança para transformar Bolsonaro num apêndice de seu governo. Limitado a obter aquilo que o partido não tem: voto. É o ensaio do semipresidencialismo que Lira passou a defender.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras. E-mail mcris.tina.fernandes@valor.com.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Pacheco planeja acelerar aprovação

Vandson Lima

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) quer evitar que a CPI da Covid domine todas as atenções no próximo semestre e pretende acelerar a aprovação da parte da **reforma tributária** que cabe à Casa. Ele tem acompanhado as discussões da equipe econômica e do relator, Roberto Rocha (PSDB-MA) - ontem foi realizada mais uma e é particularmente favorável a uma reforma mais ampla, em linha com o que defende o mercado e que abarque tanto **impostos** federais quanto estaduais e municipais.

A entrada recente do senador Ciro Nogueira (PP-PI) no comando da Casa Civil é vista como um fator que pode impulsionar a proposta. Isso porque a matéria está emperrada desde março de 2020, quando foi instalada uma comissão especial mista sobre o tema. Emplacar sua aprovação seria uma mostra inequívoca de força do novo articulador político do governo de Jair Bolsonaro.

Segundo fontes a par das discussões, até domingo caminhava junto à equipe econômica uma proposta para constitucionalizar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unindo os **impostos** federais PIS e Cofins, conforme contido em projeto que está em discussão na Câmara. Ao mesmo tempo, Rocha proporia no Senado mudanças nos **tributos** locais, com um Imposto sobre Bens e Consumo (IBS) substituindo **tributos** subnacionais (ICMS e ISS).

Haveria ainda um imposto seletivo, no lugar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas seu devido funcionamento está em avaliação.

Só que há divergências, com setores da esfera privada e pública pressionando o governo por um imposto único. Em manifesto conjunto, entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comse-faz) defenderam uma unificação completa destes **tributos** no futuro, ainda que sua implementação seja feita aos poucos. "É insuficiente uma mudança focada apenas nos **tributos** federais - que não apenas será um desperdício do consenso político construído nos últimos anos, como pode até mesmo dificultar uma reforma mais ampla no futuro. Declaramos apoio a uma reforma que inclua todos os **tributos** sobre consumo. Esse é o momento de união das três esferas da federação, setores produtivos, Fiscos e sociedade civil organizada", defenderam.

O governo do presidente Jair Bolsonaro tem enormes ressalvas a este caminho, em especial à possibilidade de criação de um fundo regional, custeado pela União, para compensar perdas de Estados e municípios com a mudança na tributação.

A outra dificuldade é política.

Com a CPI revelando dia após dia erros na estratégia do governo de combate à pandemia, que já matou mais de 550 mil brasileiros, há pouca disposição dos parlamentares em se comprometer com medidas que pareçam mais resolver os problemas do governo federal que os da população.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) manifestou sua oposição à PEC 110. "Ao propor a unificação de **tributos** estaduais e municipais, a PEC distorce o pacto federativo e fere a autonomia dos governos locais", apontou, em nota.

A entidade ressalta que os municípios que mais crescem em população têm entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. "Diante dessa tendência de concentração populacional nas médias e grandes cidades brasileiras, como extinguir justamente a principal fonte de arrecadação própria desses municípios, o ISS que arrecada 40% a mais do que o IP-TU?", questionam.

Sítio:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Relator do IR retira taxaço de dividendo para empresa do Simples

Bernardo Caram e Danielle Brant *brasília*

Relator da reforma do Imposto de Renda, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) afirmou nesta quarta (28) que seu parecer vai prever isenço sobre a distribuio de lucros e dividendos a todas as empresas inscritas no Simples Nacional.

Para as companhias que sero taxadas apes eventual aprovao do projeto, o deputado afirmou que avalia ampliar a faixa de isenço, atualmente estabelecida no texto em R\$ 20 mil por ms.

O anncio foi feito apes reunio com o ministro Paulo Guedes (Economia).

"Cerca de 5 milhes de empresas que esto cadastradas no Simples Nacional, que tem milhares de socios que recebem dividendos, continuarao com a isenço sobre lucros e dividendos", disse.

O Simples e um regime tributario diferenciado que pode ser adotado por micro e pequenas empresas e permite o recolhimento unificado de **tributos**. O limite anual para a receita bruta dessas companhias e de R\$ 4,8 milhes.

O projeto inicial do governo propunha uma cobranca de 20% de IR sobre dividendos (parte do lucro distribuio pelas empresas a acionistas), acabando com isenço prevista em lei ha 25 anos.

O governo afirmava que, para evitar o impacto para pequenos empreendedores, propoe uma isenço para ate R\$ 20 mil por ms para microempresas e empresas de pequeno porte (as que tem faturamento anual de ate R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhes, respectivamente).

No entanto, entidades de classe e representantes de categorias como medicos e advogados mantiveram pressao contra a medida alegando que seriam prejudicadas.

"Estamos fechando as contas para uma possibilidade de aumentarmos a faixa isenço, hoje prevista em 20 mil, para micro e pequenas empresas", disse o relator sem informar o novo valor para a proposta.

Ha uma semana, Guedes ja havia sinalizado que

aceitaria promover um aumento na faixa de isenço.

"Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Nao quero mexer com dentista, medico, profissional liberal, nao queremos atingir a classe media, nada disso", afirmou.

Nesta quarta-feira, Sabino ainda anunciou que vai eliminar do texto uma proposta incluio anteriormente em seu relatario para limitar o PAT (Programa de Alimentao do Trabalhador).

A versao anterior do relatario eliminava a possibilidade de empresas deduzirem o vale-alimentao da base de calculo do Imposto de Renda.

De acordo com Sabino, reunioes ainda sero feitas com representantes de estados e municipios. Eles pressionam contra o texto, que pode gerar perda de receitas para os governos regionais.

Segundo o relator, a ideia e construir a medida de uma forma que nao haja perdas para prefeituras. Ele nao detalhou como isso seria feito e nao explicou se o rombo do projeto, hoje previsto em R\$ 30 bilhoes ao ano, sera ampliado.

O presidente da Camara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ter sugerido a Sabino que as empresas do Simples Nacional permanecessem isentas na taxaço de dividendos.

Mais cedo, Lira falou sobre as pautas prioritarias que sero votadas pela Camara na volta do recesso parlamentar, na proxima segunda-feira (2).

Ele afirmou que o projeto de Imposto de Renda ja deve ser votado na proxima semana, assim com o que quebra o monopolio dos Correios.

Alm disso, Lira prev e que siga a discussao sobre reforma administrativa, para enxugar a maquina publica brasileira e, segundo ele, sem retirar direitos adquiridos dos servidores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49610>

Dívida pública registra alta de 3,07% em junho

Lorena Rodrigues

Para fazer frente aos gastos públicos, o endividamento do governo cresceu 3,07% em junho, e a dívida pública federal fechou o mês em R\$ 5,329 trilhões.

Em maio, estava em R\$ 5,171 trilhões. No mês passado, o Tesouro Nacional aproveitou um cenário mais favorável nos mercados para emitir mais títulos públicos. Com isso, as emissões ultrapassaram os resgates em R\$ 138,12 bilhões, a maior emissão líquida do ano.

A dívida pública é emitida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Ou seja, são empréstimos feitos para pagar despesas que ficam acima da arrecadação com **impostos e tributos**.

O coordenador de operações da Dívida Pública, Roberto Lobarinhas, disse que as perspectivas do Tesouro Nacional para os próximos meses são positivas.

Apesar disso, ele acrescentou que o cenário no mês atual é de maior preocupação dos investidores, o que, na prática, representa juros mais altos nos títulos públicos vendidos.

"O mês de julho foi mais volátil, com preocupações dos mercados com a variante delta do coronavírus e com o crescimento global. O cenário interno também teve volatilidade em julho, com expectativa sobre ajustes da política monetária." A expectativa do Tesouro é que a dívida pública continue a crescer nos próximos meses, e que termine o ano entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões. O valor, porém, é menor do que o previsto no início do ano, quando a entidade projetava que a dívida pública poderia chegar a R\$ 5,9 trilhões. A dívida pública federal ultrapassou R\$ 5 trilhões no fim de 2020.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Leão sem dentes contra o fundo eleitoral - MALU GASPAR



MALU GASPAR

Já virou padrão: toda vez que é pego em contradição com o que ele mesmo defendia em 2018, Jair Bolsonaro diz que não teve escolha. Do contrário, "viriam para cima" dele. Foi esse o argumento que o presidente da República tirou da cartola ao explicar a seus seguidores, no cercadinho do Alvorada, o recuo sobre o fundo eleitoral de 2022, aprovado pelo Congresso há duas semanas -que pode chegar a R\$ 5,7 bilhões. Depois de reagir indignado ao valor, que classificou como "enorme", uma "casca de banana", uma "jabuticaba", Bolsonaro surgiu nesta segunda-feira no cercadinho bem mais manso e circunspecto. "Vou deixar claro (sic) uma coisa: vai ser vetado o excesso do que a lei garante, tá? É de quase 4 bilhões o fundo. O extra de 2 bilhões vai ser vetado. Se eu vetar o que está na lei, eu tô incurso na lei de responsabilidade." Todo mundo sabe que o presidente é pródigo em espalhar desinformação, mas essa aí constaria fácil numa coletânea de melhores momentos. Primeiro porque, hoje, não há nenhuma lei dizendo que o fundo eleitoral para 2022 tem de ser de R\$ 4 bilhões. Nos últimos dias, consultei especialistas em legislação eleitoral e deputados de vários partidos. Não encontrei ninguém que soubesse apontar de que lei o presidente Bolsonaro está falando. Portanto, se não há lei, evidentemente não há excesso de R\$ 2 bilhões.

Segundo os limites estabelecidos pelas fórmulas em vigor hoje, o valor obrigatório para o fundo eleitoral é de R\$ 800 milhões (reembolso estatal às redes de TV pelo horário eleitoral), mais uma porcentagem do total destinado às emendas de bancada, decidida a cada ano eleitoral. No último dia 15, os parlamentares decidiram que a fatia das emendas a ser destinada ao fundo eleitoral de 2022 deverá corresponder a 25% do orçamento da Justiça Eleitoral. Somando o reembolso das TVs com essa cota, chega-se a R\$ 5,7 bilhões para 2022. Em 2020, o total foi de R\$ 2 bilhões. Sejam esses critérios casca de banana, jabuticaba ou pequi roído, eles foram aprovados com a participação e o aval de todos os líderes do governo no Congresso.

Apesar do que disse no Alvorada, o que Bolsonaro tenta agora, nos bastidores, é encontrar uma maneira de vetar essa forma de cálculo, mantendo sua narrativa, e de, ainda assim, contentar os parlamentares com um fundo eleitoral de R\$ 4 bilhões. É disso que se trata. Se quisesse, o presidente poderia fazer isso de modo transparente, liderando um debate adulto com a sociedade brasileira sobre de onde deve vir o dinheiro que financia as campanhas, quanto os cidadãos estão dispostos a pagar em forma de **impostos** e quanto aceitam que venha de outras fontes, como empresas e pessoas físicas. Num momento de tantos ataques à democracia, em que o próprio presidente da República dissemina enormes desconfianças sobre a lisura do processo eleitoral, uma discussão aberta, civilizada e consequente sobre financiamento de campanha seria muito bem-vinda.

Mas é claro que Bolsonaro não está interessado em nada disso. Seu único objetivo é continuar fingindo que o país é um grande cercadinho onde ele pode disseminar suas confusões nada aleatórias, enquanto tenta garantir sua sobrevivência política. É só por isso que, às claras, ele insiste em dizer que as urnas eletrônicas não são confiáveis, mesmo sem apresentar prova alguma - mas, por debaixo dos panos, avaliza acordos que multiplicam o orçamento dessas mesmas eleições, elevando o fundo eleitoral a valores recordes.

A verdade que nem mesmo o cercadinho é capaz de esconder é que, depois de passar os primeiros meses de mandato enchendo a boca para dizer "sou eu que mando, o presidente sou eu", Bolsonaro gasta cada vez mais tempo justificando decisões impopulares com

o "se eu não fizer, vão vir para cima de mim". Tudo o que ele tem para brandir seus seguidores é o mito do herói ameaçado pelos inimigos. Na segunda-feira, ele encerrou a explicação sobre o fundo eleitoral com o apelo: "Espero não apanhar do pessoal aí, como sempre, né? Porque, se começar a bater muito, vai ter de escolher no segundo turno Lula ou Ciro". Por enquanto, esse tipo de ameaça ainda funciona para uma parcela dos eleitores. Mas nenhum fingimento dura para sempre. Quanto mais o tempo passa, mais fica claro que o mandatário que hoje se expõe ao cercadinho é um leão sem dentes, domesticado pelos profissionais -da política, do lobby, dos negócios. Nesse contexto, o "excesso" do fundo eleitoral é só um detalhe.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira defende Fundão e cita milícias



Luiz Calcagno Jorge Vasconcellos

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu o aumento do Fundo Eleitoral, de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 5,7 bilhões, aprovado pelo Congresso e à espera de sanção pelo presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o deputado, o valor é importante para financiar a democracia. Ele destacou que quantia insuficiente abriria margem para que organizações criminosas interferissem no processo eleitoral.

Lira ressaltou que o valor total seria para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e somente uma parte iria para os parlamentares. "É constitucional o direito do parlamentar de aprovar; do presidente, de vetar; e o direito do parlamentar de apreciar vetos. Se formos levar à luz da realidade o que foi o Orçamento de 2020 e 2021 da Justiça Eleitoral e fizermos o uso do indexador de 25%, o fundo não passaria de R\$ 4,3 bilhões, nunca de R\$ 5,7 bilhões", justificou, em entrevista à Globonews.

Ele lembrou que o próprio Congresso aprovou o fim do financiamento privado. "Se não temos orçamento privado, temos o público. A primeira discussão é essa. Temos outra forma de financiar? Temos como manter a democracia sem um sistema claro?", questionou. "De onde virão os financiamentos se não tivermos recursos suficientes? Das milícias, do tráfico, das influências das igrejas? De outsiders e personalidades que estão de maneira momentânea participando da política? Essa é a discussão. Com relação a valores, isso só será precificado na votação do Orçamento de dezembro para janeiro. E a população pode participar. Nenhum acordo chega ao plenário para ser votado sem discussão ampla."

Reação

Deputados e senadores, no entanto, estão reagindo contra os valores do Fundão. O senador Lasier Martins (Podemos-RS) protocolou um projeto de lei para que, a partir de 2022, o valor destinado às eleições seja reajustado, obrigatoriamente, de acordo com a **inflação**, acabando com as negociações de aumento entre Executivo e Legislativo.

Para Lasier Martins, os recursos do Fundão deveriam ficar nos R\$ 2 bilhões delimitados em 2020. O PL do senador não estabelece um valor fixo. "Vou brigar para que a referência seja os R\$ 2 bilhões. "A verdade é que agora, Bolsonaro está nas mãos do Centrão. Ele perde muita autonomia. Ele não pode revogar a lei que criou o Fundão. Isso é crime de responsabilidade. Mas pode propor um valor mais baixo. E pela influência do (chefe da Casa Civil) **Ciro Nogueira (PP-PI)**, eles vão tentar baixar para R\$ 4 bilhões. Eu vou votar contra", antecipou.

Já o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) encomendou um estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados, que indicou que o presidente da República não precisa aceitar nenhuma das opções. Pode vetar e fixar o montante em R\$ 800 milhões.

Conforme o estudo, o valor mínimo do Fundão "será definida pelo TSE e equivale ao somatório da compensação fiscal que as emissoras comerciais de rádio e televisão receberam pela divulgação da propaganda partidária efetuada no ano da publicação desta lei e no ano imediatamente anterior" com atualização segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

"O valor da compensação fiscal que as emissoras comerciais de rádio e televisão receberam pela divulgação da propaganda partidária efetuada nos anos de 2016 e 2017 totalizou R\$ 653 milhões. Estima-se que, para 2022, tal valor atualizado pelo INPC resultará numa parcela de R\$ 800 milhões", frisa o texto.

Kataguiri enfatizou ser contra Fundo Eleitoral. "Mas se a lei obriga R\$ 800 milhões, que seja esse valor. Jair Bolsonaro tem o fundamento técnico, jurídico, para não sancionar."

Indústrias adotam plano de energia de Temer

Julio Wiziack *brasil*

A demora do governo Jair Bolsonaro em traçar ações de enfrentamento da crise elétrica levou grandes indústrias a basear um programa de estímulo à economia de luz criado na gestão Michel **Temer** (MDB).

Ao menos 20 empresas aderiram ao chamado Programa de Resposta da Demanda, implementado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em 2018 na tentativa de aliviar os impactos da atual seca, considerada a maior crise hídrica dos últimos 91 anos.

Ao ingressarem na iniciativa sob coordenação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), indústrias deslocam a produção para fora dos horários de pico de consumo de energia -das 18h às 21h. Em troca, recebem vantagens financeiras.

Braskem, Gerdau, Cimentos Apodi, Rima, dentre outras companhias intensivas na demanda por luz, já aderiram ao programa. A ideia é contornar a alta contínua do preço da energia causada pela contratação de usinas térmicas.

Há pouco mais de um mês, quando os reservatórios das hidrelétricas chegaram ao mais baixo nível por causa da seca, o MME (Ministério de Minas e Energia) prometeu aos grandes consumidores que haveria um sistema de bonificação àqueles que voluntariamente reduzissem o consumo nos horários de pico.

Segundo o ministério, a consulta pública com os parâmetros do programa deve ser lançada nesta semana. Na avaliação das empresas, na melhor das hipóteses, o novo plano de incentivo à economia entrará em vigor no início da estação chuvosa, em outubro.

Procurados, a Aneel e o ONS não haviam se pronunciado até a publicação deste texto.

Indústrias, porém, aderem ao programa já em vigor. Inicialmente, a medida era restrita ao Norte e ao Nordeste, que, três anos atrás, enfrentavam falta de água.

Com o agravamento da crise hídrica atual, no fim do ano passado, o programa foi estendido para todo o país até julho de 2022 -período em que se dá em fase de testes.

Na prática, pela iniciativa, indústrias se tomam "fornecedoras de energia" como se fossem geradoras. No entanto, em vez de inserir luz no sistema, elas deixarão de consumir, dando folga a esse mesmo sistema.

Outra mudança estimulou a adesão de participantes. Antes, as empresas equiparadas a geradoras eram obrigadas a arcar com a ineficiência de hidrelétricas que não entregavam a energia prometida por falta de água.

Mesmo ao deixar de consumir, as companhias eram penalizadas porque entravam no rateio das dívidas de outras geradoras com o sistema. Como resultado, não recebiam ressarcimento, o que prejudicava o avanço do programa.

Agora, as empresas que aderirem ficarão de fora do rateio e receberão pagamento pela energia economizada. Para isso, é preciso apenas procurar o ONS e assinar um contrato.

Após esse processo, basta enviar uma oferta de economia de energia válida por uma semana e o valor pleiteado para o ressarcimento. O limite diário mínimo de economia é de 5 MW (megawatt) por hora, e há um teto diário de redução de consumo de sete horas.

É possível fazer cortes de consumo todo dia, de segunda a sábado, por exemplo. No domingo, as ofertas são renovadas e podem sofrer alterações.

Cabe ao ONS avaliar quais são as ofertas mais vantajosas sob o ponto de vista de economia de energia para o sistema e o preço.

As empresas que estão aderindo ao programa fizeram as contas para saber se valia mais a pena manter o consumo -especialmente nos horários de pico- ou deslocar a atividade nas fábricas para outros horários -as madrugada, por exemplo.

A petroquímica Braskem, do grupo Odebrecht, foi a primeira a optar pelo sistema, ainda no fim de 2018.

Segundo o ONS, a empresa começou economizando 10 MW por dia ao longo de quatro horas em uma fábrica da Bahia. Desta vez, a companhia estendeu o programa para todas as unidades no país.

O valor ofertado pela Braskem à época foi de R\$ 325 o MWh (megawatt-hora) quando o preço de referência

no mercado era de R\$ 143.66.0 valor efetivamente recebido pela empresa foi a diferença entre os dois parâmetros, uma praxe do ONS.

Segundo a Abrace, a associação que congrega os maiores consumidores industriais do país, esse sistema é uma "solução de mercado" para evitar que o governo acabe contratando mais termelétricas por preços exorbitantes, o que vem ocorrendo desde o fim do ano passado e já sobrecarregou as contas de luz em quase R\$ 10 bilhões.

"As indústrias confiam em que a solução pela demanda será muito mais eficiente e de menor custo para todos os consumidores do que soluções exclusivas pelo lado da oferta", disse Paulo Pedrosa, presidente da Abrace.

Com a demanda reduzida nos horários de pico, a necessidade de acionar as térmicas, para ampliar a oferta, tende a diminuir.

Em média, uma termelétrica produz energia por R\$ 1.200 o MWh, quase dez vezes mais do que uma hidrelétrica. É essa conta que será dividida por todos os consumidores e já está sendo paga pelas indústrias.

Com esse custo, empresas avaliam migrar para o programa de redução de consumo como forma de cortar gastos com energia na produção. Eventuais aumentos serão, e já são, repassados para os preços, alimentando o processo inflacionário e reduzindo a competitividade da indústria.

Em maio, a **inflação** (IPCA) foi de 0,83%, pressionada principalmente pelo encarecimento da energia elétrica. Foi a maior alta para o mês desde 1996. O indicador ficou acima das previsões do mercado de 0,71% e por isso foi considerada uma surpresa inflacionária.

No acumulado de 12 meses, o IPCA alcançou 8,06%, bem acima do teto da meta (5,25%).

Diante da crise atual, o governo se prepara para lançar um programa nacional de deslocamento de consumo fora dos horários de pico. Os parâmetros técnicos da proposta serão submetidos a consulta pública.

O que se sabe até agora é que a iniciativa será disponível para todo o mercado livre (grandes consumidores).

Nas conversas com os técnicos do MME envolvidos na elaboração da portaria, empresas e associações propuseram um sistema similar ao do programa vigente, mas com adaptações dos modelos de cálculo do ressarcimento.

Para isso, seria preciso que a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) fizesse aprimoramentos nos sistemas para que as compensações fossem automáticas. Hoje, há um atraso de até 45 dias entre a aprovação do ressarcimento e o efetivo pagamento.

Outra proposta das empresas é evitar descontos nos valores caso haja descumprimento parcial do acordo. Elas querem evitar perdas caso entreguem até 80% da energia prometida na média semanal. Essa economia teria de ser de, no mínimo, 5% da média de consumo dos últimos três meses.

Apesar da demora, as empresas afirmam que haverá vantagens no novo programa porque o próximo ano pode ser ainda pior em relação à crise elétrica. Os reservatórios estão baixos, e ainda não se sabe quanto poderá chover no primeiro trimestre, quando começa o verão e o consumo, historicamente, acelera.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49610>

Avanço da seca no Brasil

Imagens da Nasa mostram recuo da água no reservatório da hidrelétrica de Itumbiara (MG), de Furnas

Imagem de junho de 2019



Imagem de junho de 2021



Crédito: Nasa/Reprodução

Endividamento recorde ameaça travar retomada



Sufoco. Sidneia deixou parcelas do Fies sem pagar para conseguir fechar as contas do mês

André Jankavski, Fabrício de Castro, Eduardo Rodrigues

No início da pandemia, Sidneia Soares, de 49 anos, recebeu a notícia de que seria demitida.

Com o início das restrições de locomoção, a loja em que ela trabalhava, em São Paulo, fechou as portas, e ela ficou desempregada.

De lá para cá, virou-se com trabalhos informais.

Porém, as contas continuaram a chegar. Sem o salário mínimo que recebia, precisou da ajuda de familiares para não atrasar pagamentos básicos, como luz, água e condomínio.

Agora, trabalhando como atendente de uma lanchonete e também como aprendiz em um salão de cabeleireiro, Sidneia conseguiu encaixar as contas em seu orçamento, mas ainda não tem previsão de como vai pagar as mensalidades do Financiamento Estudantil (Fies) que contraiu. "Eu fiz cortes nos meus gastos e reformulei tudo." Com a renda afetada pela pandemia de covid-19, famílias como a de Sidneia e também empresas nunca estiveram tão endividadas. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que o endividamento das famílias chegou aos 58,5% em abril, o maior percentual da série histórica, iniciada em janeiro de 2005. Isso significa que, para cada R\$ 100 que uma família recebeu no último ano, ela já tem uma dívida contratada de quase R\$ 60. Já o comprometimento da renda mensal ficou em 30,5% em abril - ou seja, para cada R\$ 100 recebidos por mês, R\$ 30 foram usados para pagar parcelas dos empréstimos.

Já levantamento do Cemec- Fipe mostra que o conjunto de dívidas das companhias não financeiras no Brasil atingiu 61,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**)

em março de 2021, patamar também histórico. No fim de 2019, antes da pandemia, essa relação era de 50,1% (mais informações nesta página).

O aperto no bolso das famílias, especialmente em um momento em que desemprego e **inflação** estão elevados, pode atrapalhar a retomada do crescimento econômico, avaliam economistas.

"Os juros vão subir, e as famílias que já estão endividadas terão opções de crédito ainda mais caras, o que pode comprometer a retomada do consumo no ano que vem", afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. Ele calcula que a economia crescerá somente 1,8% no ano que vem e que a retomada dos empregos será lenta.

Isso, na visão dele, terá impacto direto na renda dos brasileiros, que já está em baixa. Segundo dados do IBGE, a massa de salários em circulação caiu R\$ 12 bilhões em um ano, o que representa um recuo de 5,4% no trimestre encerrado em abril em comparação ao mesmo período de 2020. Ou seja, o brasileiro está, além de mais endividado, mais pobre.

Para completar, a taxa de poupança das famílias vem em forte queda desde o segundo trimestre do ano passado. Segundo cálculos do Itaú Unibanco, o indicador chegou a ser de 31,1% no período entre abril e junho do ano passado, muito por causa do fechamento de comércios em geral no início da pandemia, e já voltou para 11,8% no primeiro trimestre deste ano.

"Muitas famílias de renda baixa deixaram de receber o auxílio emergencial no começo do ano e precisaram procurar outras formas de crédito", diz o coordenador do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec- Fipe), Carlos Antonio Rocca, que avalia como uma das principais características da atual crise a maior diferenciação entre as classes de renda.

Na visão de Gustavo Ribeiro, economista-chefe do Asa Bank, a diminuição da renda do brasileiro não permite uma expansão da economia por meio de crédito, afinal muitos sequer estão conseguindo pagar as contas do dia a dia.

Crédito difícil. O endividamento pode ser positivo para uma pessoa, caso ela esteja se planejando para uma

grande compra, como um imóvel, ou até para alavancar o seu negócio. Mas não é isso o que tem acontecido com muitos brasileiros de baixa renda durante a pandemia, que procuram empréstimos para pagar contas básicas. Elas, inclusive, têm dificuldade de conseguir uma linha de financiamento.

Um levantamento divulgado pelo Serasa aponta que os bancos negam 44% das solicitações de empréstimos para pessoas que recebem menos de cinco salários mínimos por mês.

Um desses casos é o da diarista Eveline da Silva, de 39 anos.

Ela viu a sua renda cair quase um terço durante a pandemia, para R\$ 600, e o salário do seu marido ser reduzido pela metade.

No mês passado, fez um cartão de crédito para conseguir fazer uma festa de aniversário para a sua filha. Conseguiu um cartão com limite de R\$ 500 e gastou R\$ 250 para comprar ingredientes para doces e salgados.

"Vou pagar a fatura no próximo dia 5, pois não quero me complicar com os juros. Depois disso, vou deixar o cartão guardado", diz Eveline.

Alternativa

"Muitas famílias de renda baixa deixaram de receber o auxílio emergencial no começo do ano e precisaram procurar outras formas de crédito." Carlos Antonio Rocca COORDENADOR DO CEMEC-FIPE

PARA LEMBRAR

Lei de proteção teve vetos

A preocupação com o endividamento das famílias levou o Congresso a aprovar este ano mudanças no Código de Defesa do Consumidor e no Estatuto do Idoso para evitar o superendividamento das famílias, mas o presidente Jair Bolsonaro vetou diversos artigos da lei no começo de julho.

Entre os vetos, estava o item que limitava as parcelas do crédito consignado a no máximo 30% da renda mensal do tomador, mais 5% para pagamento de despesas do cartão de crédito.

A justificativa do Planalto foi de que em março deste ano outra lei já havia colocado um teto para essas operações de 45% da remuneração mensal do consumidor.

Outro trecho vetado pelo presidente estabelecia que

seria vedado expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, fazer referência a crédito "sem juros", "gratuito", "sem acréscimo" ou com "taxa zero" ou expressão de sentido ou entendimento semelhante.

A lei define superendividamento como "a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação".

Essas dívidas incluem operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.

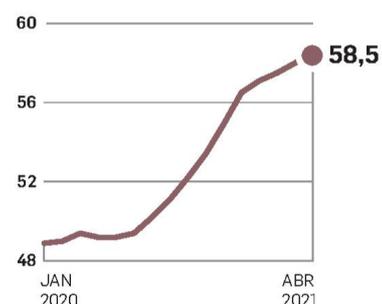
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

APERTO

● Famílias estão mais endividadas desde o início da pandemia

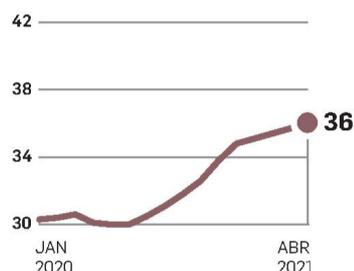
Endividamento total

EM PORCENTAGEM*



Endividamento sem financiamento imobiliário

EM PORCENTAGEM*

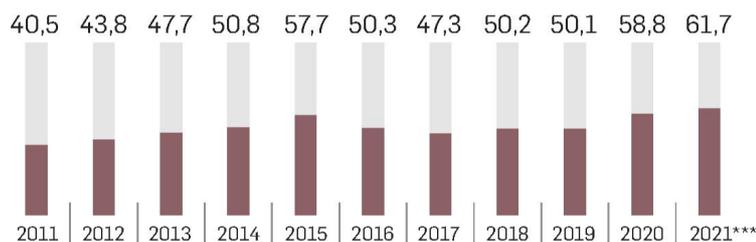


Principais dívidas bancárias das famílias em junho

	SALDO TOTAL EM BILHÕES DE REAIS	ALTA NO PRIMEIRO SEMESTRE
Financiamento habitacional	759	6,5%
Consignado de servidores públicos	264,1	6,4%
Financiamento de veículos	229	4,0%
Consignado aposentados do inss	184,1	10,7%
Crédito pessoal não consignado	172,7	15,6%
Cartão de crédito rotativo	38,6	9,4%
Consignado de trabalhadores privados	28,8	17,6%
Cartão de crédito parcelado	26,6	18,3%
Cheque especial	21,8	22,2%
Aquisição de outros bens	17,9	17,2%

Dívidas das empresas não financeiras**

EM PORCENTAGEM DO PIB



*RELAÇÃO PORCENTUAL ENTRE SALDO DAS DÍVIDAS DAS FAMÍLIAS NO MÊS E A RENDA ACUMULADA EM 12 MESES **INCLUI CRÉDITO BANCÁRIO, TÍTULOS DE DÍVIDA, EMPRÉSTIMOS INTERCOMPANHIA, DEBÊNTURES E MERCADO INTERNACIONAL ***ATÉ MARÇO

FONTES: BANCO CENTRAL E CEMEC-FIPE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Linhas emergenciais e câmbio aumentam o passivo das empresas

Eduardo Rodrigues, Fabrício de Castro

O aumento do endividamento das empresas leva em conta uma enxurrada de recursos disponíveis - com linhas emergenciais criadas pelo governo para o enfrentamento da covid-19 e também o momento favorável no mercado de capitais - e o efeito da desvalorização cambial.

As companhias conseguiram captar R\$ 420,5 bilhões em 12 meses até março, uma alta de 28,3% na comparação com o acumulado de 2020. Desse total, mais de três quartos foram na forma de dívida, o que fez com que o endividamento subisse para 61,7% do **PIB**, patamar recorde. Os dados são de levantamento feito pelo Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe).

"Esse dinheiro veio da captação de recursos com custo financeiro baixo e boas condições de renegociação, graças a programas emergenciais de crédito lançados pelo governo com os bancos na crise", diz o coordenador do Cemec-Fipe, Carlos Antonio Rocca.

De acordo com ele, as empresas pegaram muito dinheiro via crédito bancário ao longo do ano passado para cobrir necessidades imediatas de caixa, mas também aproveitaram para fazer uma poupança diante das incertezas da pandemia. "Mais uma vez, o impacto da crise foi muito diferenciado. Mais de 100 mil empresas fecharam, enquanto outras conseguiram atravessar a crise com grande disponibilidade de recursos." Pequenas e médias empresas foram as que mais recorreram ao crédito das linhas emergenciais do governo, segundo o levantamento.

Do total de R\$ 272 bilhões de crédito bancário contratado em 12 meses até março, 72% ficaram com as companhias de menor porte. Entre as linhas que foram oferecidas como ajuda no combate aos efeitos econômicos da pandemia, estão o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), do BNDES, e o Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe), que foi renovado para este ano, após pressão dos setores, mas com condições menos vantajosas.

Rocca explica, no entanto, que o principal fator responsável pelo salto no endividamento foi a

desvalorização do real em relação ao dólar. Quando considerado em reais, o valor dos empréstimos intercompanhia no mercado internacional passou de 13,6% do **PIB**, ao fim de 2019, para 18,9% do **PIB** em março deste ano. A taxa de câmbio, que era de cerca de R\$ 4 em dezembro de 2019, chegou a bater na casa de R\$ 5,70 no fim de março de 2021.

"Essa dívida em dólares pouco variou, quase nada, o grande degrau foi a taxa de câmbio.

Mas não se trata de um grande problema, já que os empréstimos intercompanhia com matrizes ou subsidiárias no exterior têm flexibilidades e condições de pagamentos melhores do que as de um crédito bancário ou de uma colocação de títulos no exterior." /

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alimentos voltam a subir com frio e seca



CLEIDE CARVALHO cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br
SAO PAULO E RIO

Há dois meses um caminhão-tanque rega pés de laranja, tangerina, limão, macadâmias e abacateiros na Fazenda Lagoa, em Brotas (SP). É a primeira vez em 20 anos que as árvores adultas precisam ser molhadas para não morrerem com a seca. A partir de hoje, o caminhão vai circular durante a madrugada. Com previsão de temperaturas perto de zero grau, o pomar será pulverizado com água para derreter a camada de gelo formada pela geada. Só assim é possível evitar que as plantas queimem com os primeiros raios de sol.

- Nunca vi uma seca como essa. Ano a ano está mais seco e mais quente. E agora vieram as geadas. O clima está do avesso - diz Eder Marciano, gerente de 6 mil hectares em fazendas nas cidades de Botucatu, Bauru e Ocaúçu, além de Brotas.

A consequência dos eventos climáticos extremos, como a seca, a geada ou a nova onda de frio que chega ao país, é o impacto nos preços dos alimentos. O economista Sérgio Vale, da MB Associados, afirma que o consumidor vai sentir primeiro o aumento em hortaliças e frutas. Segundo ele, em vários outros produtos, só será possível voltar ao equilíbrio na próxima safra:

-O cenário do segundo semestre é de aumento de preços, justamente no momento em que o país terá a população vacinada e um retorno mais intenso do consumo.

A **inflação** desse grupo de produtos vinha perdendo força este ano, depois de ter respondido por boa parte da alta de 2020. A expectativa era que os preços dos

alimentos se estabilizassem. O que não está se confirmando.

Ainda refletindo a alta de alimentos de 2020, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15, a prévia da **inflação**) está em 8,59% no acumulado em 12 meses até julho. O mercado espera que a **inflação** oficial recue a 6,56% até o fim do ano. Há um mês, porém, a projeção era de 5,97%. Analistas vêm subindo gradativamente as estimativas de **inflação** há 16 semanas.

A alimentação deu uma trégua, a ponto de a taxa acumulada ter caído de 18,04% para 15,27% em 12 meses até julho. Nos últimos meses, os vilões da **inflação** foram energia elétrica e combustíveis, pressões que devem se manter, juntando-se à esperada alta nos preços dos serviços com o avanço da vacinação e o fim das restrições de funcionamento, explica o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Braz:

-Por causa do aumento da bandeira tarifária, a energia já subiu 8,5% em julho e deve subir mais 4% em agosto, o que fará o preço dos serviços subirem. E agora esperamos alta nos alimentos também.

Ele diz que neste trimestre, hortaliças e carnes (que subiram 35,15% em 12 meses) devem ficar mais caras:

- Com a seca, sem pastagens, tem que usar ração para alimentar o gado, o que aumenta o custo. A seca nos Estados Unidos, grande produtor de soja e milho, também está durando mais que o esperado, o que afeta o preço internacional dos grãos, que tinha começado a ceder lá fora.

VOLTA ÀS AULAS INFLUENCIA

Flavio Godas, economista da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), afirma que a volta às aulas presenciais é outro fator de pressão, pois aumentará a demanda por produtos para merenda escolar:

-A expectativa é a de redução de oferta e de qualidade, e elevação de preços. As compras institucionais para as escolas também devem encarecer os produtos.

A Ceagesp adquire produtos de 1.480 municípios brasileiros. Segundo Godas, a última geada, no dia 20,

foi generalizada e atingiu até mesmo regiões quentes do estado de São Paulo, como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. O resultado foi um aumento de 20%, principalmente nos preços das verduras, como alface, agrião, escarola e rúcula.

Em São Paulo, a seca de 2020 se prolongou até o fim de novembro. Este ano, começou em abril e a previsão é que chova só em outubro.

Tirso Meirelles, vice-presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, afirma que, neste ano, houve perdas no estado de até 35% na segunda safra de milho e redução entre 40% e 45% na produtividade das lavouras de laranja, cana e café. Na última geada, em 20 de julho, as perdas de hortaliças e frutas chegaram a 90% na região de Botucatu e Bauru.

Em Minas Gerais, que registrou neste mês a maior geada dos últimos 20 anos, pelo menos 30% das lavouras de café foram atingidas. Algumas fazendas perderam até 80% dos cultivos, e estimativas apontam para uma redução de pelo menos 7 milhões de sacas até agora.

Esta semana, a previsão de nova geada levou produtores de São Paulo, Minas Gerais e Paraná a anteciparem a colheita. No caso dos frutos, eles chegarão ao consumidor menores.

-Vai precisar de mais laranja para fazer um litro de suco-resume Meirelles.

CANA NÃO RESISTE A FRIO

Pablo Nitsche, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, explica que, além da seca e da geada, as temperaturas estão cada vez mais altas. Em outubro passado, o Paraná bateu todos os recordes de temperatura, e a estiagem atrasou o plantio de soja.

- No Norte do estado, as temperaturas chegaram a 38,5°C na sombra. No campo, no solo exposto, passam de 50°C, 60°C -diz Nitsche, lembrando que, com isso, a rentabilidade dos agricultores cai.

Segundo Fábio Marin, professor do Departamento de Engenharia de Biosistemas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, as geadas não são comuns em São Paulo.

Marin explica que tanto o calor quanto o frio intenso afetam a fisiologia das plantas, que passam a ter ciclos mais curtos e menos produtividade. Até mesmo a cana, considerada mais resistente e que representa a maior extensão de área plantada no estado (perde

só para o pasto), pode morrer com o frio.

Abaixo de 12°C, a cana entra em dormência, deixando de fazer fotossíntese e acumular açúcar; mas retoma quando a temperatura volta a subir. Com menos de 5°C, a fotossíntese é interrompida e não retoma -o pé sofre lesões, com a morte de folhas. Com termômetros entre 1°C e 2°C, ela morre e precisa ser cortada. (Colaborou Cássia Almeida)

8,59%

É a **inflação** acumulada nos últimos 12 meses, de acordo com o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15)

20%

Foi a alta registrada pela Ceagesp, que compra produtos de 1.480 municípios, nos preços de alimentos após a última geada, este mês

30%

Das lavouras de café de Minas Gerais foram afetadas com a maior geada já registrada nos últimos 20 anos no estado, com redução de 7 milhões de sacas

35,15%

Foi a alta média das carnes nos últimos 12 meses. A seca afeta pastagens e obriga o uso de ração, aumentando o custo da criação

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cresce projeção de superávit para Estados e municípios

Fabio Graner

O ministério da Economia elevou para R\$ 29,3 bilhões a projeção de superávit primário dos Estados e municípios neste ano, número bem acima da meta indicativa para 2021 - saldo positivo de 200 milhões. A estimativa anterior já mostrava uma expectativa favorável para os governos regionais, um superávit de R\$ 22,7 bilhões.

O bom desempenho fiscal verificado até maio, no qual o saldo acumulado em 2021 até maio chegou a R\$ 40,7 bilhões (de acordo com o Ministério da Economia), foi um dos motivos para a revisão. O quadro tem ciclo impulsionado pela disparada na arrecadação do ICMS e também pela contenção de gastos com pessoal determinada pela Lei Complementar 173, aprovada em meio à pandemia e que congelou os vencimentos dos servidores dos entes até o fim do ano.

Uma fonte da área econômica explica que o ICMS, principal imposto dos Estados (e que também é compartilhado com as prefeituras), está tendo forte expansão, impulsionado pelo "boom" de commodities, a alta da **inflação** interna e o próprio crescimento econômico. Além disso, o tributo tem forte peso em combustíveis e energia, itens com preços em alta este ano.

Só nos Estados, a arrecadação de janeiro a abril (ciado mais recente disponível com detalhamento) subiu 13,5%, ante 2,4% do IPCA do período. As maiores altas ocorreram em Roraima (31%), Piauí (25%), Goiás (24%) e Espírito Santo (24%). As despesas subiram apenas 2,6% no dado agregado dos Estados, praticamente igual à **inflação**.

Apesar disso, a leitura do governo e de especialistas é que é cedo para se considerar que a melhora fiscal dos entes federativos, em especial dos Estados (em crise crônica desde 2015), veio para ficar. Não há garantia sobre o comportamento da receita e há grande dúvida sobre como os governadores se comportarão em 2022, quando não haverá mais restrições para aumento de despesas ao mesmo tempo em que o país irá às urnas.

Segundo uma fonte do governo, o próximo ano vai deixar claro quais Estados estarão de fato mostrando

comprometimento com a mudança e solidez das contas e quais optarão pela via fácil do aumento indiscriminado de despesas, inclusive obrigatórias, como pessoal. Para essa fonte, a chave para analisar isso será o gasto com o funcionalismo, após dois anos de congelamento e eleições no radar.

Secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, destaca que a arrecadação está de fato crescendo muito, em grande medida por impacto de preços mais altos em energia e combustíveis. Além disso, há um efeito de redução de restos a pagar neste ano, devido a transferências do governo federal no ano passado, além da contenção na despesa com pessoal e menores gastos em decorrência da pandemia comparado a 2020.

"Eu acredito que esse resultado primário maior dos Estados nesse primeiro semestre vai se diluindo no segundo semestre porque os preços das despesas vão aumentando, teremos uma ampliação natural dos gastos de investimentos", disse Santoro. "A grande preocupação é com o que vai acontecer no ano que vem. O último ano de qualquer governo há pressão de gastos maiores, então 2022 tende a ter incremento maior de gastos", ele acrescentou, destacando que nas últimas décadas tem ocorrido ampliação de gastos permanentes nos anos eleitorais.

Para Josué Pelegrini, especialista em contas públicas, os ganhos de resultado primário não parecem estruturais. "Mas não significa que eles voltarão para déficit. A tendência é um superávit mais moderado", afirmou. Segundo ele, os Estados provavelmente vão aproveitar a melhora para recompor investimentos, que se mantiveram baixos por muitos anos, e possivelmente em 2022 os dilemas fiscais que estavam postos em 2019, sobre como ter espaço fiscal para investir sem ameaçar a sustentabilidade das contas estarão de volta.

"Em 2022 vai ter pressão de gastos, tanto de investimentos como de pessoal, por causa de eleição, acho que essa folga dada vai acabar sendo utilizado. Não me parece que houve melhora permanente. Acredito que vai se retomar a história que estava sendo contada até 2019", disse.

Para o diretor institucional do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda, André Horta, embora as

perspectivas sejam mais favoráveis ainda é cedo para falar em recuperação conjunta dos entes federativos. "O que eu posso dizer é que ano passado nós tivemos uma base deprimida e que os resultados desse ano mostrarão um ano sem recessão ante um ano com forte recessão como foi o de 2020".

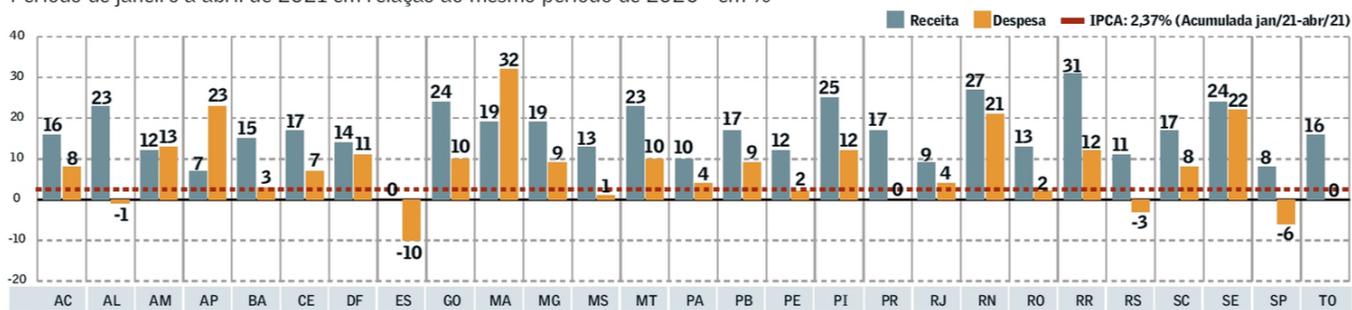
Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto avalia que o resultado fiscal de Estados e municípios está surpreendendo. "As transferências feitas pelo governo central, no ano passado e as postergações de pagamento de serviço de dívida podem explicar parte do movimento", disse, apontando que é preciso mais dados para entender melhor a natureza do processo. "O boletim dos entes subnacionais do Tesouro é um avanço, mas a transparência ainda precisa aumentar muito nessa matéria".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Receitas disparam e despesas ficam contidas nos Estados

Período de janeiro a abril de 2021 em relação ao mesmo período de 2020 - em %



Fonte: Tesouro Nacional

Retomada do PIB deve perder ritmo, diz banco Fibra

Arícia Martins

O ritmo de retomada econômica deve ter moderação ao longo do ano, mas o bom desempenho já observado no primeiro semestre garante crescimento acima de 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2021, na avaliação do banco Fibra. Em relatório divulgado ontem, a instituição informa que revisou a estimativa para a expansão do **PIB** no ano de 5% para 5,6%. A projeção para 2022 foi mantida em 1,7%.

Segundo o economista-chefe do Fibra, Cristiano Oliveira, diversos indicadores coincidentes publicados recentemente confirmam a expectativa de que o **PIB** cresceu 0,5% no segundo trimestre em relação aos primeiros três meses do ano, feito o ajuste sazonal. Frente ao segundo trimestre de 2020, a economia deve ter avançado 13,3%, afirma Oliveira.

"Para o terceiro trimestre, nossas estimativas preliminares indicam leve desaceleração da taxa trimestral de crescimento e, para o quarto trimestre, nova desaceleração do ritmo, embora mantendo a trajetória ascendente", diz.

Como fatores que devem fazer a recuperação perder fôlego, ele menciona as políticas monetária e fiscal menos expansionistas, o lento processo de vacinação, sobretudo na primeira metade do ano, que paralisou planos de investimentos em alguns setores, e o aumento das incertezas relacionadas à crise hídrica. "Logo, mantemos a estimativa de crescimento para 2022 em 1,7%, levando em conta a esperada desaceleração da atividade a partir do segundo semestre de 2021", observou o economista-chefe do Fibra.

O Boletim Focus do Banco Central apontou na segunda-feira que a mediana das projeções do mercado para o **PIB** para este ano teve ligeira alta: de 5,27% para 5,29%. Para 2022, a aposta é de crescimento de 2,10%.

No relatório de ontem, o banco Fibra também mudou seu cenário para a **inflação** neste ano e no próximo. Para 2021, a projeção para a alta do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou de 6,9% a 7,2%, bastante acima do teto da meta para o período, de 5,25%.

Segundo Oliveira, medidas mais qualitativas da **inflação**, como os núcleos, têm mostrado dinâmica preocupante e, olhando à frente, há riscos de aumento adicional de combustíveis e energia elétrica.

"Levando em conta as coletas recentes de **inflação**, nossos modelos de previsão de curto e médio prazos e a inércia inflacionária maior, revisamos para cima nossa estimativa para o IPCA em 2021", explica Oliveira.

A previsão para o próximo ano foi ajustada de 4,1% para 4,2%, sendo que o alvo central para o próximo ano é 3,5%. Neste caso, a revisão foi concentrada nos preços de serviços, aponta o economista. O recente aumento das expectativas inflacionárias para 2022, que é o horizonte relevante da política monetária, deve ter impacto sobre o cenário do Banco Central, avalia Oliveira.

Na visão do economista, "aumentou consideravelmente" a probabilidade de que o Comitê de Política Monetária (Copom) acelere o ritmo de alta da Selic em suas duas próximas reuniões (em agosto e setembro) para 1 ponto percentual, encerrando o ciclo atual com um aumento de 0,75 ponto em outubro e um derradeiro de 0,5 ponto em dezembro.

"Acreditamos que o Copom irá elevar a taxa básica de juros para patamar ainda considerado neutro, isto é, ao redor de 7,5% ao ano, no final de 2021, e que no final de 2022 a taxa estará em 8,5% ao ano. Porém, reconhecemos que o risco de o Copom adotar política monetária contracionista já no início de 2022 não é desprezível", pondera Oliveira.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Com menor dotação em 21 anos, CNPq nega relação entre cortes e "apagão"



Evaldo Vilela: "O problema na questão da TI não está relacionado a orçamento e a modernização da infraestrutura"

Gabriel Vasconcelos

Os sistemas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ainda não têm prazo para reparo, previsão que deve ser dada até o fim desta quinta-feira, indicou ontem a direção do órgão.

Chamado de "apagão da ciência" pelos cientistas, o incidente completa sete dias hoje. O prejuízo principal é a falta de acesso à plataforma Lattes, banco nacional de currículos com detalhes sobre a produção acadêmica de cada pesquisador. Outras plataformas inacessíveis são a Carlos Chagas, com informações sobre concessão e andamento de bolsas, e o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, que indica os temas de pesquisa dos especialistas brasileiros.

Ontem, o presidente do CNPq, Evaldo Vilela, e o diretor de gestão e tecnologia da informação do órgão, Thomas Marçal, gravaram um vídeo publicado nos canais do órgão para detalhar o problema. Eles voltaram a afirmar que não há risco de perda permanente de informações. Vilela pediu desculpas pelo transtorno e garantiu que a falha técnica não tem relação com as restrições orçamentárias do CNPq.

A fala veio em reação aos apontamentos de cientistas, que inundaram as redes sociais com reclamações sobre os cortes à ciência e educação em 2021 e, mais exatamente, a uma postagem economista e diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Felipe Salto, no Twitter.

Segundo o economista, o orçamento do CNPq para 2021 registrou o mais baixo patamar desde 2000, a

preços corrigidos pela **inflação**. A dotação do órgão de fomento à pesquisa científica diminuiu pela metade em 21 anos, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2000 para R\$ 1,2 bilhão em 2021. O corte é ainda maior se considerado o intervalo de nove anos - em 2013, o orçamento do CNPq bateu o teto histórico de R\$ 3,1 bilhões.

"O problema na questão da TI não está relacionado a orçamento e a modernização da infraestrutura, que já estava em andamento, será retomada com perspectiva de melhorias", disse Vilela.

Ao Valor, porém, o analista do CNPq e presidente da Associação de Funcionários do Conselho (Ascon), Roberto Muniz disse que os sistemas por trás das plataformas Lattes e Carlos Chagas estão sem manutenção desde 2018 e que as restrições orçamentárias não se restringem à atividade fim do CNPq (concessão de bolsas e formação), mas se estendem decisivamente sobre o custeio do órgão, comprometendo verbas para manutenção de aparelhos e estruturas, aluguéis e contratação de terceirizados. "Nós inscrevemos o incidente nesse contexto de cortes. Não é possível ter um equipamento de tal importância sem manutenção desde 2018", diz Muniz.

De acordo com Marçal, diretor de gestão e tecnologia da informação do CNPq, quando houve a falha, a atualização da infraestrutura agora em xeque já estava em progresso graças à aquisição de novo equipamento no início do ano.

"O processo de migração é lento e foi no meio dele que o antigo equipamento apresentou problema. Assim que o equipamento for consertado, retornaremos à migração para o novo equipamento. O backup dos dados está sendo instalado também nesse novo equipamento." Marçal afirmou que, por tratar-se de uma base de dados grande, com quase 7 milhões de currículos, a migração de dados leva alguns dias e ainda faltaria entre 40 e 48 horas pra ser totalmente concluída.

"Já temos as opções de aquisição e assim que identificarmos a possibilidade de troca desse dispositivo, o equipamento será restaurado e os acessos restabelecidos. Devemos ter esse posicionamento [sobre a data do conserto] de hoje

para amanhã", continuou Marçal.

O CNPq informou que o aparelho danificado é uma "controladora de storage". Storage é um equipamento voltado para armazenar os dados, neste caso dos servidores do sistema do CNPq, e a controladora é o aparelho que gerencia toda a sua configuração, conectividade externa e acesso aos discos e ao chamado cache de dados.

Na visão do presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), o físico Luiz Davidovich, o alongamento do episódio deve começar a perturbar a produção acadêmica, dependente de referências contidas no Lattes. Para Davidovich, embora a falha possa ser considerada pontual, revela a atual fragilidade orçamentária do sistema de Ciência e Tecnologia. "A ciência vive situação catastrófica por falta de investimento. Isso agora chegou dentro do CNPq, o que é dramático e faz com que todos notem. Mas esta é a realidade dos laboratórios Brasil afora, com equipamentos que quebram todos os dias por falta de manutenção", disse.

O CNPq informou que o orçamento de R\$ 1,25 bilhão do órgão se divide entre R\$ 943,9 milhões mensais para pagamento de bolsas; R\$ 26,5 milhões para fomento, o que envolve a realização de congressos; R\$ 216,7 milhões com salários e outros encargos; e R\$ 70 milhões com despesas administrativas. A manutenção de plataformas geridas pela instituição faz parte desta última rubrica.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186964?page=1§ion=1

Dólar cai a R\$ 5,10 com embalo do Fed

Victor Rezende, Gabriel Roca, Felipe Saturnino e Olívia Bulla De São Paulo

Os ventos externos favoráveis a ativos de risco voltaram a soprar no pregão de ontem e deram apoio aos ativos brasileiros, que exibiram valorização maior que a dos pares. No foco dos agentes, estava a decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). E, com um discurso mais suave do presidente da instituição, Jerome Powell, o Ibovespa voltou ao nível dos 126 mil pontos e o dólar exibiu queda firme, encerrando o pregão na casa dos R\$ 5,10.

Logo após ser divulgado, o **comunicado** da decisão do Fed foi lido pelo mercado como um pouco mais "hawkish" (alinhado à retirada de estímulos), mas essa interpretação não durou muito. Os comentários de Powell guiaram os mercados e deram combustível para um rali dos ativos de risco diante de uma visão mais cautelosa sobre a recuperação econômica.

"O mercado inicialmente ficou meio de lado, mas, depois do Powell, vimos um rali das bolsas e queda forte do dólar", diz Flavio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos. O apontamento de Powell de que ainda há metas a sere atingidas no mercado de trabalho e a continuidade da sinalização de que a maior parte da alta da **inflação** é temporária abrandaram a leitura um pouco mais "hawkish" do **comunicado**, de acordo com o profissional.

Nesse contexto, o Ibovespa terminou o dia em alta de 1,34%, a 126.286 pontos, enquanto o dólar cedeu 1,29%, para R\$ 5,1088.

Serrano acredita que o Fed usará o simpósio de Jackson Hole, em agosto, para preparar o terreno para algum anúncio mais formal, em setembro, sobre quando se dará o início do processo de redução das compras de ativos. De forma geral, o economista avalia que a comunicação do banco central americano veio dentro do previsto, já que são necessárias mais informações sobre o mercado de trabalho.

Localmente, dois fatores contribuíram para a apreciação do real mais forte que a observada contra os pares emergentes. Participantes do mercado citam a perspectiva de fluxo, com diversas ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) no radar. Além disso, os debates em torno da Selic continuaram e as apostas em um caminho mais agressivo a ser adotado pelo Comitê de Política Monetário (Copom)

permaneceram fortes.

O mercado de opções digitais, na B3, aponta para 76% de chance de uma elevação de 1 ponto da Selic em agosto, enquanto a probabilidade de aumento de 1,25 ponto aparece com 8,6%. Os juros futuros de curto prazo, inclusive, continuam a apresentar viés de alta, mostrando que as apostas em uma Selic cada vez maior no fim do ano continuam a todo vapor. Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2022 subiu de 6,225% para 6,240%.

A curva de juros precifica, ainda, 95% de possibilidade de uma elevação de 1 ponto da Selic em setembro. O banco Fibra é uma das casas que projetam duas elevações seguidas de 1 ponto no juro básico, em revisão de cenário publicada ontem. O Fibra, agora, prevê que a Selic encerrará o ano em 7,5% e que chegará a 8,5% em 2022.

Com as discussões sobre juros concentradas no cenário local, a decisão do Fed teve pouco impacto nas taxas futuras ontem, nota o economista João Leal, da Rio Bravo Investimentos. "A nossa curva de juros ainda está respondendo muito mais a essa dinâmica inflacionária, a essa cautela com a questão climática e às expectativas para o Copom da semana que vem", diz.

Para Leal, o Fed apenas reconheceu o progresso da economia no **comunicado** da decisão de ontem, mas, na prática, não quer dizer que a retirada de estímulos será antecipada, o que se comprovou posteriormente, com a declaração de Powell.

Na visão do sócio-fundador da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella, o Fed "deu mais um passo" em direção ao "tapering" (redução de compras de ativos) ao reconhecer a melhora na economia, ainda que não tenha indicado alteração no possível cronograma do processo. O gestor acredita que o anúncio formal deve ocorrer com alguma antecedência, na reunião de setembro, para que o processo tenha início em novembro ou dezembro.

"Semana que vem, o "payroll" [relatório de empregos dos EUA] vai ser muito importante. A **inflação** já teve o seu progresso substancial, mas ainda falta o emprego. Talvez o dado de julho não seja forte o suficiente, mas agosto e setembro, principalmente, devem ser o que deve fazer com que os membros do Fed tenham informação suficiente para anunciar o "tapering", diz Portella.

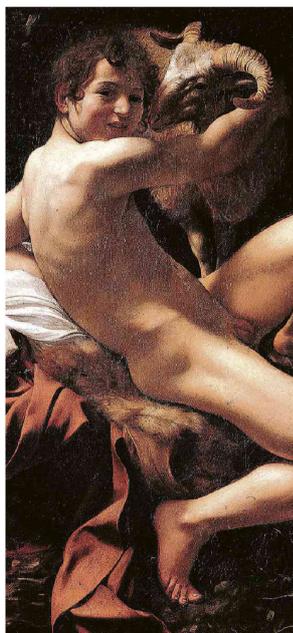
Além do aval do Fed para um desempenho positivo dos ativos de risco, o Ibovespa repercutiu positivamente a temporada de balanços. Após o Santander reportar seus resultados, agentes financeiros esperam uma temporada forte para os demais bancos brasileiros. Assim, os ganhos dentro do setor foram amplos e as ações preferenciais do Itaú Unibanco fecharam o dia em valorização de 3,25%, acompanhadas pela alta de 2,30% nos papéis preferenciais do Bradesco e pelo avanço de 1,04% das units do banco Santander.

Já as ações ordinárias da Vale subiram 2,73% ontem, antes da divulgação dos resultados do segundo trimestre, o que também deu apoio adicional ao Ibovespa.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186964

Arte sacra ganha área VIP dentro da Lei Rouanet e preocupa o setor



Representação de São João Batista, do artista italiano Caravaggio

Eduardo Moura

Elitismo, demagogia e dirigismo são palavras escolhidas por alguns especialistas do setor cultural para avaliara nova portaria do governo Bolsonaro que dá ênfase a arte sacra e belas artes na Lei Rouanet, além de centralizar nas mãos do secretário da pasta as decisões de projetos que pleiteiam usar esse mecanismo de fomento.

Arte sacra já era contemplada pela Rouanet. Nesse sentido, há quem avalie a portaria como um movimento simbólico, um aceno para os setores do bolsonarismo ligados à chamada guerra cultural.

"Na minha avaliação, eles estão querendo criar um discurso para demonstrar que estão fazendo alguma coisa concreta para a área da cultura. Eles não estão fazendo nada, não estão apontando concursos, editais, o fortalecimento das [entidades] vinculadas, nem no ponto de vista de deles", diz o museólogo José Nascimento Júnior, ex-diretor do Instituto Brasileiro de Museus durante os governos Lula e Dilma.

"Há museus que têm discurso conservador, os museus militares, por exemplo, eles [gestão Mario Frias] podiam estar fortalecendo isso."

Arte sacra é um gênero artístico, assim como arte erótica ou natureza morta. Por isso, causou

estranheza o fato de um gênero específico ganhar um segmento exclusivo dentro da Rouanet, em vez de a divisão se pautar por linguagens -como artes cênicas, música, audiovisual etcetera.

Segundo a museóloga Maria Ignez Mantovani, essa segmentação temática e pouco isonômica é menos apropriada do que a classificação anterior, "tanto para proposição quanto para análise de projetos".

"Arte sacra é um dos elementos, uma das classificações dentro de artes visuais. É uma manifestação importante e que não agrega somente as obras eruditas, mas também -e principalmente- arte popular. Arte sacra não significa que seja erudita. A gente está acostumado a associar com arte católica, mas qualquer museu de arte sacra tem obras de feitura indígena, de matriz afro, é um mundo muito importante na composição artística", afirma.

"Por outro lado, temos que encarar a cultura como expressão laica", acrescenta.

É possível ainda levantar a hipótese de que a arte sacra seria renegada de alguma forma pelo mecanismo de fomento à cultura, mas Beatriz Cruz, museóloga do Museu de Arte Sacra de São Paulo, diz que "independentemente ou não de ter arte sacra como segmento específico, o museu nunca teve problemas para conseguir patrocínio com a Lei Rouanet".

"Eu acho que a grande pergunta na verdade é que não temos os membros da Cnic nomeados, esse é o foco principal", afirma Cruz.

A Cnic, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, composta de representantes da sociedade civil, é responsável por analisar os projetos que buscam recursos via Rouanet. Só que a gestão Frias não lançou um novo edital após o fim do mandato dos membros da Cnic, que se reuniu pela última vez em abril. O resultado foi a centralização das decisões nas mãos do secretário de fomento, André Porciuncula, capitão da polícia baiana.

"Eu não acho que o problema seja a segmentação por área ou por linguagem. A grande questão é você ter uma comissão para julgamento de projetos. Se você tiver uma comissão que julgue os processos de forma

idônea, para fazer o julgamento do mérito dos projetos, o fato de ser por segmento não vai interferir, não acho que alguma área vá ser prejudicada por causa disso", diz a museóloga do Museu de Arte Sacra. "Agora, se houver um aparelhamento da Cnic, você pode dividir as áreas de fomento da forma como quiser que vai continuar tendo projetos excluídos."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Uma medida provisória recém-assinada por Bolsonaro e publicada nesta terça permite que o presidente da Cnic -que no caso é o secretário Mario Frias ou algum representante-tome decisões ad referendum, ou seja, isoladamente, sem a necessidade de apreciação pelo colegiado.

"A Cnic é um selo de qualidade da Lei Rouanet, a existência de um órgão representativo da sociedade civil legitima o processo da Lei Rouanet. E eu acho que, no século 21, nós deveríamos trabalhar com esse tipo de solução ", diz Maria Ignez Mantovani.

A museóloga ainda aponta para a categoria belas artes, que, segundo ela, além de apontar para algo erudito, é um termo em desuso, principalmente por não sertão abrangente quanto "artes visuais", que inclui linguagens que vão de de performance a gravura.

"Não é possível nós considerarmos um desnível entre a feita erudita e a popular. Percebo que há uma preocupação [do governo Bolsonaro] de valorizar uma cultura clássica. Eu me preocupo muito que possa existir uma elitização da cultura", diz Mantovani.

Segundo ela, é cedo para dizer que a portaria resultará em dirigismo na cultura, embora ela não descarte esse cenário num futuro próximo.

"Eu acho que é uma possibilidade [a medida resultar em dirigismo], mas acho que ainda estamos na etapa de conseguir levantar essas questões e ter a expectativa de que o governo possa alargar novamente essas fronteiras. Isso [portaria] saiu ontem, acho que é importante que a sociedade civil se manifeste e possa apontar os pontos principais que possam ser revistos. O efeito que virá pela frente ainda não está claro."

Já Nascimento Júnior diz que vê, sim, dirigismo. Segundo ele, a desidratação da Cnic é um golpe na pluralidade na Rouanet. "O processo da Cnic sempre foi uma forma de diversidade cultural", ele afirma. "O importante seria voltar o Ministério da Cultura."

Isso não deve acontecer tão cedo. Bolsonaro oficializou nesta quarta, na MP da **reforma ministerial**, a transferência da pasta de Cultura da Cidadania para o Turismo.